



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS
DA REGIÃO DO

**Planalto
Beirão**



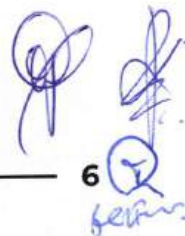
Serrão

20
24

Relatório de Gestão e Conta Gerência

ABRIL 2025

Relatório de Conta de Gerência 2024



Índice

1. Mensagem Conselho Executivo	6
2. Apresentação da Entidade	8
3. Destaques	12
3.1 Compromisso sustentável com a região	13
3.2 As metas do PERSU 2030 e o Plano de Ação da AMRPB	15
3.3 O desafio dos biorresíduos no território da AMRPB	16
3.4 A Valorização energética de resíduos na região Centro	17
4. Modelo Técnico de Gestão de Resíduos	22
4.1 Infraestruturas	22
4.2 Equipamentos	25
4.2.1 Equipamentos Recolha Indiferenciada	25
4.2.1.1 Higienização dos Contentores de RI	26
4.2.2 Equipamentos Resíduos de Embalagens	27
4.2.3 Equipamentos Óleos Alimentares Usados (OAU)	28
4.2.4 Equipamentos Compostagem Doméstica e Comunitária	29
4.3 Viaturas	30
5. Gestão de Resíduos Urbanos	31
5.1 Produção de Resíduos Urbanos	32
5.2 Recolha	32
5.2.1 Recolha Indiferenciada	32
5.1.2 Recolha Seletiva Multimaterial	33
5.2.2.1 Ecopontos	35
5.2.2.2 Ecocentros	35
5.2.2.3 Recolha Seletiva Porta-a-Porta não domésticos	37
5.2.2.4 Proveniência dos resíduos de embalagem recolhidos seletivamente	38
5.2.2.5 Evolução da Recolha Seletiva	39
5.2.2.6 Recolha Seletiva Per Capita	39
5.3 Triagem de Plástico/Metal/ECAL e Triagem de Papel/Cartão	41
5.3.1 Retoma de Valorizáveis	42

5.4	Óleos Alimentares Usados	44
5.5	Resíduos Específicos	44
5.6	Tratamento	46
5.6.1	Tratamento Mecânico Biológico	46
5.6.1.1	Tratamento Mecânico	46
5.6.1.2	Tratamento Biológico	48
5.6.2	Combustíveis Derivados de Resíduos	51
5.6.3	Confinamento Técnico (Aterro Sanitário)	52
5.6.3.1	Monitorização	53
5.6.3.1.1	Monitorização Aterro Sanitário	53
5.6.3.1.2	Controlo de Lixiviados e Afluente	58
6.	Gestão de Resíduos Industriais Banais	60
7.	Comunicação e Sensibilização Ambiental	65
7.1.1	Rebranding e nova logomarca	65
7.1.2	Boletim Informativo	65
7.1.3	Visitas de Estudo	66
7.1.4	Iniciativa "Plante uma árvore com o Planalto Beirão"	67
7.1.5	Dia Mundial do Ambiente	69
7.1.7	Concurso Montras Ecológicas	70
7.1.8	Eventos de relevância	71
8.	Abastecimento de água nos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão Tábua e Tondela	74
8.1	Aspetos Técnicos	75
8.1.1	Volume de água captada	75
8.1.2	Volume de água faturada	75
8.1.3	Detalhe do Volume de água faturada	75
8.1.4	Nível de água não faturada	76
8.1.5	Número de Utilizadores	77
8.1.6	Número de ramais executados	77
8.1.7	Interrupções acidentais de fornecimento	77
8.1.8	Evolução da Qualidade da Água Distribuída	78
8.1.9	Caraterização dos Recursos Humanos	78

7.2	Aspetos Financeiros	79	
8.	Demonstrações Financeiras	80	
9.	Anexos	86	

Índice de Tabelas



Tabela 1	12
Tabela 2	26
Tabela 3	27
Tabela 4	29
Tabela 5	30
Tabela 6	31
Tabela 7	32
Tabela 8	34
Tabela 9	35
Tabela 10	35
Tabela 11	35
Tabela 12	36
Tabela 13	37
Tabela 14	38
Tabela 15	39
Tabela 16	40
Tabela 17	43
Tabela 18	44
Tabela 19	44
Tabela 20	44
Tabela 21	46
Tabela 22	48
Tabela 23	49
Tabela 24	50
Tabela 25	51
Tabela 26	52
Tabela 27	53
Tabela 28	55
Tabela 29	56
Tabela 30	56

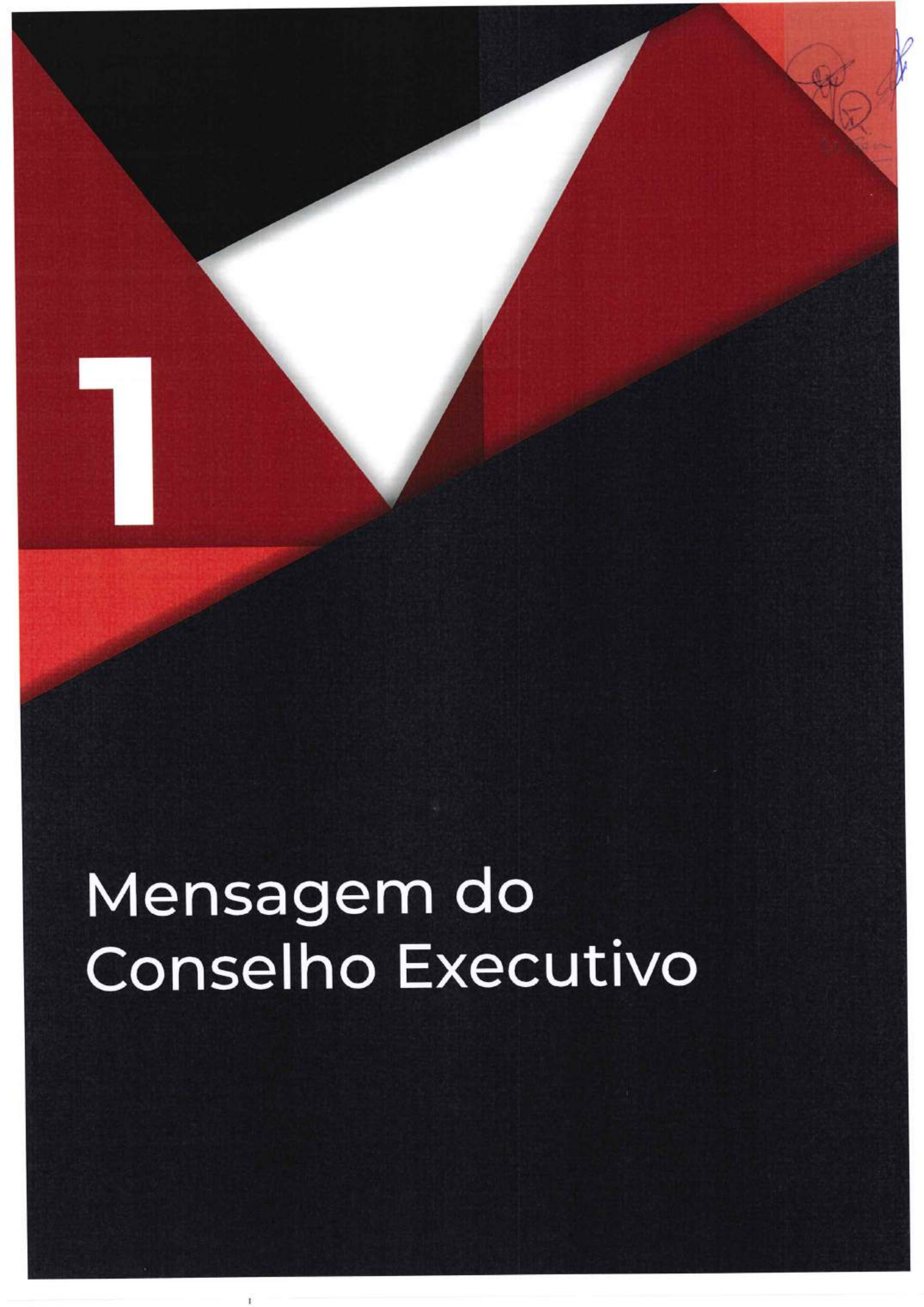
Índice de Figuras

Figura 1	16
Figura 2	17
Figura 3	18
Figura 4	20
Figura 5	22
Figura 6	24
Figura 7	25
Figura 8	26
Figura 9	27
Figura 10	28
Figura 11	30
Figura 12	31
Figura 13	33
Figura 14	37
Figura 15	38
Figura 16	38
Figura 17	38
Figura 18	41
Figura 19	45
Figura 20	47
Figura 21	53
Figura 22	53
Figura 23	54
Figura 24	55
Figura 25	55
Figura 26	55
Figura 27	57
Figura 28	58
Figura 29	62
Figura 30	66
Figura 31	67
Figura 32	68
Figura 33	68
Figura 34	69
Figura 35	69
Figura 36	69
Figura 37	70
Figura 38	70
Figura 39	71
Figura 40	71
Figura 41	72
Figura 42	72
Figura 43	73
Figura 44	74
Figura 45	74

Índice de Gráficos



Gráfico 1	30
Gráfico 2	42
Gráfico 3	43
Gráfico 4	44
Gráfico 5	44
Gráfico 6	44
Gráfico 7	45
Gráfico 8	49
Gráfico 9	49
Gráfico 10	50



1

Mensagem do Conselho Executivo

1. Mensagem do Conselho Executivo



É com grande honra e um profundo sentido de responsabilidade que me dirijo a todos os utilizadores da nossa região do Planalto Beirão para apresentar o Relatório de Gestão e Conta Gerência 2024 da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB). Ao longo deste ano, enfrentámos desafios significativos, mas também celebrámos vitórias importantes, todas elas fruto do trabalho árduo, da colaboração estreita entre os municípios que compõem a nossa região, bem como da estreita parceria com as diversas entidades públicas e privadas com as quais temos vindo a trabalhar.

O ano de 2024 foi, sem dúvida, um ano de muitas transformações, tanto ao nível local como global. As dinâmicas que afetam as nossas comunidades são cada vez mais complexas e exigem de nós uma visão estratégica e uma ação concreta. Em resposta a esses desafios, continuámos a consolidar a nossa missão de promover o desenvolvimento sustentável da nossa região, com um enfoque especial na criação de condições para o bem-estar da população, na melhoria da qualidade de vida e na valorização do ambiente que nos rodeia.

Através deste relatório, procuramos dar uma visão detalhada das principais atividades e realizações ao nível da gestão de resíduos, que são o reflexo de um trabalho colaborativo, com uma forte base de cooperação intermunicipal. O nosso compromisso com o desenvolvimento dos indicadores de desempenho manteve-se inabalável e, com o apoio dos nossos parceiros e prestadores de serviços, conseguimos prestar um serviço com qualidade e implementar uma série de projetos e iniciativas que, ao longo do ano, tiveram um impacto positivo e concreto nas comunidades locais.

Na área da sustentabilidade ambiental, um dos projetos mais marcantes foi a consolidação da estratégia da produção de combustíveis derivados de resíduos a partir da fração resto de tratamento mecânico de resíduos urbanos. Trata-se da moderna gestão de resíduos ao promover-se a valorização energética de resíduos numa ótica de economia tendencialmente circular, articulada com a indústria cimenteira nacional.

Sabemos que a transição para uma economia mais verde e sustentável é fundamental para garantir a qualidade de vida das futuras gerações, e continuaremos a trabalhar para que a nossa região seja um exemplo de boas práticas ambientais. Por isso, acreditamos que a educação ambiental é a chave para o futuro, e queremos garantir que todos os nossos utilizadores, independentemente da sua localização geográfica, tenham, ainda mais, acessibilidade aos serviços que a AMRPB presta.

Apesar dos avanços que registámos, ainda há muito por fazer. O futuro traz novos desafios e oportunidades que exigem que continuemos a trabalhar de forma integrada e intermunicipal, criando sinergias entre os municípios e buscando, sempre que possível, recursos que nos permitam dar resposta às necessidades de todos os utilizadores.

O nosso compromisso para o ano de 2025 passa pela continuidade da implementação de políticas públicas que promovam a moderna gestão de resíduos com base na coesão territorial e social, o desenvolvimento económico inclusivo e a inovação tecnológica. Buscaremos reforçar a nossa posição na economia digital, aproveitando as oportunidades que a tecnologia pode oferecer aos nossos serviços, promovendo a transformação digital da administração pública e a criação de novas soluções para a gestão eficiente dos recursos.

A cooperação com outros Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) presentes em territórios adjacentes ou distantes e as instâncias nacionais e europeias será também uma das nossas grandes prioridades, garantindo que a região do Planalto Beirão se posicione de forma competitiva no cenário nacional, aproveitando ao máximo as oportunidades de financiamento e apoio ao desenvolvimento.

Por fim, destaco o trabalho incansável dos colaboradores que, com dedicação e profissionalismo, têm contribuído para o sucesso das nossas ações. Agradeço ainda a todos os membros da Assembleia Intermunicipal da AMRPB, aos Presidentes das Câmaras Municipais e aos diversos parceiros institucionais e sociais que, ao longo de 2024, estiveram ao nosso lado, compartilhando o nosso compromisso e os nossos objetivos.

Em nome da AMRPB, comprometo-me a continuar a trabalhar com todos para que 2025 seja um ano de avanços ainda mais significativos para a nossa região.

Leonel José Antunes Gouveia

Presidente do Conselho Executivo da AMRPB



Leonel José Antunes Gouveia
Presidente do Conselho Executivo da AMRPB
Presidente da C.M. de Santa Comba Dão



Carla Antunes Borges
Vogal da Conselho Executivo da AMRPB
Presidente da C.M. Tondela



Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Vogal da Conselho Executivo da AMRPB
Presidente da C.M. Tábua
Presidente do C.A. da Ecobeirão EIM. SA



Paulo Jorge Almeida Catalino Ferraz
Vogal da Conselho Executivo da AMRPB
Presidente da C.M. Carregal do Sal



Paulo Martins de Almeida
Vogal da Conselho Executivo da AMRPB
Presidente da C.M. Castro Daire

2

Apresentação da Associação de Municípios

2. Apresentação da Associação de Municípios

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) é a Entidade Titular do Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) do Planalto Beirão, cujas competências de gestão de resíduos em alta no conjunto dos seus 19 municípios associados são exercidas pela empresa intermunicipal de capital maioritariamente público Ecobeirão EIM SA. A AMRPB é, simultaneamente, a Entidade Gestora (EG) em baixa de resíduos urbanos no território daqueles 19 municípios associados. Trata-se de um modelo de gestão pública verticalmente integrado e encimado pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

A AMRPB é ainda a entidade titular do sistema integrado de abastecimento e distribuição de água nos municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela abrangendo uma área de 1.052 km² e 65.795 habitantes. O sistema de abastecimento e distribuição de água é explorado desde 1998 pela entidade gestora Águas do Planalto.

A AMRPB foi constituída por escritura datada de 20 de março de 1991, publicada na 3ª série do Diário da República, nº 131, de 8 de junho de 1991. Tem a sua sede no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTRSU) de Tondela, em Vale da Margunda – Borralhal, 3465-013, Barreiro de Besteiros, Município de Tondela.

Está vinculada ao regime de contabilidade estabelecido para municípios – SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para Administração Pública) – bem como aos regimes jurídicos que regulam o funcionamento daquelas entidades, beneficiando das isenções fiscais previstas na lei para as autarquias locais. As contas da AMRPB são auditadas pela empresa Martins Pereira, João Careca & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Os órgãos gestionários da AMRPB são a Assembleia Intermunicipal e Conselho Executivo. A Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo da AMRPB e é constituída pelos presidentes dos municípios associados, ou seus substitutos e por um vereador designado de cada uma das câmaras municipais associadas.

O Conselho Executivo da AMRPB é composto por cinco membros efetivos representantes dos municípios associados, eleitos pela Assembleia Intermunicipal de entre os respetivos membros.

A Mesa da Assembleia Intermunicipal é composta por:

Presidente - Presidente da Câmara Municipal de Viseu

Secretário - Presidente da Câmara Municipal de Seia

Secretário - Presidente da Câmara Municipal de Aguiar da Beira

O Conselho Executivo é constituído por:

Presidente - Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão

Vogal - Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Vogal - Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal

Vogal - Presidente da Câmara Municipal de Tábua

Vogal - Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire

Secretário Executivo - José Maria Ivo Portela



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS
DA REGIÃO DO

Planalto Beirão

Entidade Gestora	AMRPB
Número de Municípios Abrangidos	19
Número de Freguesias Abrangidas	227
Área Total	4.659 Km ²
Tipologia de área de intervenção	Área predominantemente rural
População total abrangida (Censos 2021)	326.290hab



Concelho	Comunidade Intermunicipal	Área (km ²)	N.º de freguesias	População (Censos 2021)
Aguiar da Beira	Viseu Dão Lafões	207	10	5.231
Carregal do Sal	Viseu Dão Lafões	117	5	9.038
Castro Daire	Viseu Dão Lafões	379	16	13.736
Gouveia	Beiras e Serra da Estrela	301	16	12.222
Mangualde	Viseu Dão Lafões	219	12	18.303
Mortágua	Região de Coimbra	251	7	8.963
Nelas	Viseu Dão Lafões	126	7	13.119
Oliveira de Frades	Viseu Dão Lafões	145	8	9.506
Oliveira do Hospital	Região de Coimbra	207	10	5.231
Penalva do Castelo	Viseu Dão Lafões	134	11	7.333
Santa Comba Dão	Viseu Dão Lafões	112	6	10.641
São Pedro do Sul	Viseu Dão Lafões	349	14	15.137
Sátão	Viseu Dão Lafões	202	9	11.030
Seia	Beiras e Serra da Estrela	436	21	21.755
Tábua	Região de Coimbra	200	11	11.160
Tondela	Viseu Dão Lafões	371	19	25.910
Vila Nova de Paiva	Viseu Dão Lafões	176	5	4.662
Viseu	Viseu Dão Lafões	507	25	99.551
Vouzela	Viseu Dão Lafões	194	9	9.580
TOTAL		4.659	227	326.290

Tabela 1 – Área e população dos municípios da área geográfica da Entidade Gestora

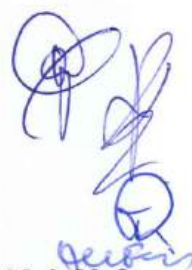




3

O compromisso
sustentável da região
do Planalto Beirão

3. O compromisso sustentável da região do Planalto Beirão



José Portela

Secretário Executivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

É indispensável refletir sobre como os recursos são alocados na gestão de resíduos urbanos e se o modelo económico atual é financeiramente estável e possível de se manter a médio/longo prazo. A maioria dos sistemas de gestão de resíduos urbanos depende, em grande parte, de subsídios públicos ou de orçamentos municipais, o que compromete a autonomia financeira e a capacidade de renovação no setor. O crescente custo de tecnologias de tratamento, infraestrutura de triagem e transporte, e a necessidade de atender a rigorosas exigências ambientais têm colocado uma forte pressão sobre os orçamentos das entidades que são chamadas a garantir o cumprimento do grau de recuperação de custos.

Neste contexto e atendendo que é hora de dar um passo à frente para refletir sobre qual o futuro da gestão de resíduos urbanos, que garanta um sistema capaz de sustentar o bem-estar coletivo e o equilíbrio orçamental a longo prazo, consideram-se relevantes as seguintes reflexões:

3.1. A sustentabilidade económica da gestão de resíduos urbanos

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) na qualidade de Entidade Gestora em Baixa dos resíduos urbanos produzidos no território dos seus 19 Municípios, recolheu e tratou em 2024, mais de 144 mil toneladas de resíduos urbanos, com uma captação de 444 kg/habitante. A população residente no território da AMRPB ascendia, em 2021, a cerca de 326 mil habitantes, tendo registado uma contração demográfica de cerca de -7% desde 2011. O território da AMRPB é, genericamente, constituído por territórios municipais de baixa densidade populacional. Comparado com valores nacionais, é um território com maiores índices de envelhecimento e menores rendimentos médios familiares disponíveis.

A extensão e a geografia do território da AMRPB, sobretudo a sua geomorfologia condicionada por grandes eixos fluviais e imponentes elevações orográficas entre as serras do Caramulo e da Estrela, impõem condições exigentes ao modelo técnico de recolha e transporte de resíduos urbanos, que se expressam nos custos de mão de obra e de combustível.

Já o tratamento de resíduos urbanos, representa uma das áreas mais dispendiosas da gestão ambiental nas comunidades. Estes custos têm vindo a aumentar devido a vários fatores, entre os quais se destacam a crescente complexidade dos resíduos, a necessidade de infraestruturas modernas e o cumprimento de normas ambientais cada vez mais rigorosas. A triagem, valorização e eliminação adequada dos resíduos requerem tecnologia avançada, mão de obra disponível e processos logísticos complexos.

Além disso, as metas impostas por entidades nacionais e europeias obrigam à redução da deposição em aterro e ao aumento da reciclagem, exigindo investimentos contínuos em recolha seletiva, educação ambiental e inovação. O tratamento de biorresíduos, por exemplo, requer sistemas próprios que elevam os encargos operacionais. Tudo isto resulta numa pressão financeira significativa sobre os Municípios e os Sistemas intermunicipais, sendo imprescindível recorrer a apoios públicos e deliberar aumentos tarifários aos utilizadores, para garantir a sustentabilidade do serviço.

Note-se que, os indicadores de desempenho introduzidos no PERSU2030 com a implementação da estratégia para os biorresíduos, e considerando uma visão integrada ente custos e proveitos (incluindo poupanças com custos evitados), a sustentabilidade económica e financeira do Sistema não dispensará um ajuste tarifário junto dos utilizadores, suscetível de elevar a tarifa média para valores próximos do limiar do indicador de acessibilidade económica preconizado pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos.



Figura 1 – CTRSU do Planalto Beirão - Vista aérea

3.2. As metas do PERSU 2030 e o Plano de ação da AMRPB

O PERSU 2030 veio confirmar a instância e a ambição das metas com as quais o país, e o setor dos resíduos urbanos em particular, estão vinculados: em 2030 alcançar uma preparação para reutilização e reciclagem de 60% do total de resíduos urbanos produzidos e depositar em aterro um máximo de 10% desses resíduos em 2035. Isto, quando em 2021 a eliminação em aterro registou perto de 60% dos resíduos urbanos produzidos e o desempenho da reciclagem foi 32%. A exigência e ambição do atual contexto, testemunham bem a dificuldade do percurso que o país tem pela frente. Tanto mais quando se reconhece que o papel do envelope comunitário do Acordo de Parceria Portugal 2030 será essencial para alavancar os investimentos necessários à prossecução das metas, e que a contratação dos financiamentos e a adjudicação dos investimentos dificilmente chegarão ao terreno antes de 2026, caso em que o tempo de trabalho disponível perante estas exigências se comprime.

A AMRPB e a Ecobeirão apresentaram em novembro de 2023 nos termos preconizados pelo Regime Geral de Gestão de Resíduos em vigor e pelo Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU2030), os Planos de Ação para a gestão de resíduos urbanos (PA PERSU) ao nível da “baixa” e da “alta” do território dos 19 municípios associados na AMRPB no período de programação 2023 – 2030.

Após parecer positivo da Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR) e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA-IP), aprovou em julho de 2024 o PA PERSU da AMRPB e da Ecobeirão, considerando que o Plano de ação apresentado está fundamentado, é tecnicamente executável e economicamente sustentável.

Atualmente, já em desenvolvimento, os PA PERSU adotam três grandes desígnios: cumprir metas, assegurar a sustentabilidade económico-financeira do sistema e proteger as condições de acessibilidade económica das populações a um serviço ambiental básico com qualidade: a gestão dos resíduos urbanos.

Foram definidas três grandes agendas em torno das quais, na alta e na baixa, se organizam as medidas que procurarão, (1) promover a prevenção da produção de resíduos urbanos, (2) promover a circularidade dos resíduos urbanos e (3) promover a descarbonização do modelo técnico de recolha e tratamento. Na prevenção da produção, desafio que enfrentamos com modéstia, pois que nos remete para uma mudança de paradigma de natureza societária que o setor da gestão dos resíduos urbanos não pode enfrentar isoladamente, pelo que, procuraremos fomentar plataformas e mecanismos de troca e de reparação de produtos.

Na circularidade, a recolha e o tratamento dos biorresíduos, juntamente com o reforço da recolha seletiva de resíduos de embalagens, protagonizarão os esforços a montante da cadeia de valor. A jusante, o reforço e otimização de tecnologias de triagem e a conversão da fração resto em Combustível Derivado de Resíduos (CDR) na recente unidade de trituração, secagem e armazenamento, protagonizarão o esforço.

Na descarbonização, os gases renováveis e a eletrificação protagonizarão os esforços da diminuição a intensidade carbónica das atividades de recolha e tratamento de resíduos geridos pela AMRPB.

Depois de um investimento de cerca de 35 milhões de euros entre 2017 e 2023, a AMRPB encara o PERSU 2030 com a resolução e a prudência que nos permitiram duplicar a recolha seletiva de resíduos de embalagens, assegurar uma solução para a fração resto e incrementar a capacidade de valorização orgânica face ao desafio dos biorresíduos.

PAPERSU 2030

Agendas



Figura 2 – Eixos do PAPERSU

3.3. O desafio dos biorresíduos no território da AMRPB

O modelo técnico do SGRU titulado pela AMRPB está provido de capacidade de valorização de biorresíduos na unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB), com digestão anaeróbia, do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTRSU) de Tondela. Acresce-lhe um parque de compostagem vocacionado para o tratamento da recolha seletiva, perspetivando-se a sua ampliação, que eleve a capacidade instalada de valorização orgânica para cerca de 50.000 toneladas/ano.

A AMRPB desenvolveu, em 2019, o seu Estudo para a definição da estratégia, objetivos e investimentos para a captação do potencial de valorização de biorresíduos no contexto das obrigações da Diretiva Quadro Resíduos e do novo Regime Geral de Gestão de Resíduos e, dessa forma, assegurar, até 31 de dezembro de 2023, a implementação de soluções de reciclagem na origem e ou recolha seletiva de biorresíduos.

Anualmente são produzidas cerca de 50 mil toneladas de biorresíduos no território dos 19 municípios da AMRPB, o equivalente a uma capitação média anual de 0,13 toneladas/habitante (no caso de utilizadores domésticos) e de 2,9 toneladas/utilizador (no caso de utilizadores não-domésticos como restaurantes e cantinas). Estima-se que 77% dos biorresíduos alimentares produzidos tinham origem em produtores domésticos, com os restantes a terem origem em produtores não-domésticos. Projeta-se que o território da AMRPB suporte um potencial de captação de biorresíduos de cerca de 48 mil toneladas em 2030 (62% biorresíduos alimentares + 38% biorresíduos verdes).



Figura 3 – Cartaz Campanha Recolha de Biorresíduos

A decomposição geográfica das soluções de recolha seletiva e de reciclagem na origem preconizadas na estratégia da AMRPB reflete as especificidades do território, do tipo de utilizador abrangido e do modelo logístico de transporte de resíduos urbanos a executar no território.

Assim, em 2025, e sob o lema “Sou resto mas ainda presto” a recolha seletiva de biorresíduos repartir-se-á entre circuitos de recolha porta-a-porta, com especial destaque para os utilizadores não-domésticos, e mais tarde, em soluções de recolha na via pública, sobretudo nos perímetros territoriais em que a tipologia de área urbana traduza um equilíbrio entre a exigência dos custos operacionais e as taxas de captura de biorresíduos mais ambiciosas.

A reciclagem na origem, exclusivamente vocacionada para utilizadores domésticos, assenta na implementação de soluções de compostagem doméstica e comunitária em áreas predominante rurais e cinturas periurbanas, cujas habitações são compatíveis com a instalação de unidades individuais ou coletivas de reciclagem na origem de biorresíduos.

A entrega de biorresíduos verdes na rede de Ecocentros da AMRPB complementa o alcance das soluções de recolha porta-a-porta a pedido e de compostagem preconizadas para este tipo de material.

Perspetiva-se, portanto, que em 2030, o serviço de recolha seletiva porta-a-porta de biorresíduos alimentares possa abranger um total de utilizadores não domésticos e domésticos satisfatório, exatamente em linha com, por um lado, as especificidades próprias de cada município associado, e, por outro, com o seu desígnio.

3.4. A Valorização energética de resíduos na região Centro

Portugal tem um território limitado e densamente povoado em várias regiões, o que dificulta encontrar áreas adequadas para novos de vida.

A legislação europeia e nacional impõe critérios cada vez mais rigorosos quanto à localização, impermeabilização, monitorização e encerramento de aterros, o que encarece e limita a sua expansão. Portugal comprometeu-se inclusivamente a reduzir drasticamente a deposição de resíduos em aterro (direta ou indireta), como parte dos objetivos de transição para a economia circular, o que desincentiva o investimento nesse tipo de solução.

A valorização energética dedicada de resíduos urbanos, através da incineração controlada com recuperação de energia, é uma solução cada vez mais adotada na moderna e sustentável gestão de resíduos. Este processo consiste na combustão de resíduos não recicláveis em unidades industriais especializadas, produzindo calor e eletricidade a partir da energia contida na fração resto de tratamento mecânico de resíduos urbanos e não urbanos.

Uma das principais vantagens desta tecnologia é a redução significativa do volume de resíduos a encaminhar para aterro, diminuindo a necessidade de espaço e a pressão sobre o ambiente. Além disso, permite produzir energia de forma contínua, o que pode contribuir para o abastecimento de eletricidade, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis.

Os sistemas modernos de incineração incluem tecnologias avançadas de filtragem e controlo de emissões, que minimizam os impactos ambientais e garantem o cumprimento das normas europeias de qualidade do ar. Adicionalmente, ao evitar o envio de resíduos para aterro, esta solução contribui para a

redução das emissões de metano, um gás com efeito de estufa muito mais potente do que o dióxido de carbono. Assim, a valorização energética insere-se numa lógica de descarbonização e economia circular, ao transformar resíduos em recursos e energia útil para a sociedade.

A região Centro eliminou em aterro cerca de 540 mil toneladas de resíduos em 2024, 82% dos quais com origem indireta (fração resto). Ao contrário das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, a região Centro não dispõe de acesso à valorização energética de fração resto de tratamento mecânico de resíduos, o que constitui cada vez mais, um severo entrave ao desenvolvimento e sustentabilidade dos SGRU desta região.

Com efeito, há pressão sobre a ampliação de aterros na região Centro, bem como, aos objetivos de desvio de resíduos de aterro, acresce a aplicação da Taxa de Gestão de Resíduos (para à APA-IP) sobre os resíduos confinados tecnicamente (2025: 35,00€/tonelada). Em 2024, os utilizadores/municípios da região Centro desembolsaram mais de 15 milhões de euros, dos quais 3 milhões provieram da região do Planalto Beirão.

Por estas razões, a AMRPB, tem em curso o desenvolvimento de um estudo preliminar para a instalação de uma unidade de valorização energética de resíduos que assegure a estabilidade do sistema de tratamento de resíduos da região Centro do país nas próximas décadas, através da redução da dependência dos aterros e da reintegração do potencial económico dos resíduos atualmente encaminhados para aterro.

Trata-se de mudança de paradigma e do cumprimento de uma estratégia delineada pela AMRPB desde finais de 2021, já apresentada publicamente e cuja abordagem técnica e política adota o lema “YIMBY – Yes In My Back Yard”.



Figura 4 - Encontro Nacional sobre o futuro dos resíduos em Portugal

Este assunto, que a todos diz respeito, marca um novo capítulo na estratégia da AMRPB, que assume a responsabilidade de tratar localmente a fração resto de tratamento de resíduos urbanos da região Centro do país, através de uma autêntica economia circular de escala sólida e transversal, transformando os resíduos em energia útil e valor ambiental, reduzindo ao máximo a deposição de resíduos em aterro na região Centro.

A decisão da AMRPB de caminhar no sentido da valorização energética baseia-se em várias razões estratégicas: (1) elevada redução da deposição de resíduos urbanos e não urbanos em aterro e cumprimento das metas europeias; (2) minimização dos lixiviados a tratar provenientes de aterro; (3) diminuição da emissão de gases com efeito de estufa (especialmente metano); (4) aproveitamento do potencial energético dos resíduos não recicláveis; (5) maior independência energética e resiliência regional; (6) compromisso com a transição para a economia circular; (7) valorização do território com especial destaque para as comunidades locais.

Este processo só poderá ser desenvolvido através da convergência territorial, da unanimidade intermunicipal e regional, bem como de harmonia com as comunidades locais, ao construir-se uma cadeia de confiança demonstrando-se que a inovação e o desenvolvimento podem – e devem – acontecer ao nível local com ganhos para todos.

3.5. A cobrança dos custos de gestão de resíduos aos utilizadores

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) tem vindo a reforçar, nos últimos anos, a necessidade de implementar uma cobrança direta e transparente dos custos reais associados ao serviço de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores finais. Esta recomendação insere-se numa lógica de equidade, sustentabilidade económica e ambiental, e responsabilidade social.

Como é do conhecimento geral, muitos municípios portugueses financiam os serviços de recolha, transporte, tratamento e destino final dos resíduos urbanos através do orçamento municipal, sem refletir o verdadeiro custo do serviço nas faturas dos cidadãos. Como resultado, muitos utilizadores pagam uma tarifa simbólica, independentemente da quantidade de resíduos que produzem.

A ERSAR defende que esta prática é insustentável a médio e longo prazo, sobretudo num contexto de aumento dos custos operacionais, exigências legais europeias, metas ambientais ambiciosas e necessidade de promover a economia circular. Por isso, a entidade reguladora recomenda uma mudança gradual para um modelo em que o custo do serviço seja cobrado diretamente aos utilizadores, por meio de uma tarifa de resíduos urbanos transparente, adequada e proporcional ao serviço prestado.

Considerando o princípio do poluidor-pagador, consagrado em diretivas europeias, defende-se que quem produz resíduos deve pagar pela sua correta gestão, promovendo comportamentos mais responsáveis e incentivando a prevenção e a separação na origem. A cobrança direta permite que os utilizadores percebam o valor do serviço prestado, e que se suprimam subsídios cruzados entre utilizadores (por exemplo, famílias numerosas ou empresas que produzem mais resíduos, mas pagam o mesmo que outros com produção menor).

Quando os utilizadores são confrontados com os custos reais do serviço, tendem a reduzir a produção de resíduos e a separar mais eficazmente os recicláveis, contribuindo para as metas nacionais e europeias de valorização de resíduos. A introdução de tarifas mais visíveis pode gerar resistência, sobretudo em

contextos de dificuldades econômicas. Contudo e em prol da equidade social, existem mecanismos de proteção para famílias vulneráveis, assegurando o acesso universal a um serviço essencial, desde logo através da implementação de tarifário social.

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) enquanto entidade gestora de resíduos urbanos dos 19 Municípios associados e ciente das suas competências, reconhece o dever de cobrar diretamente aos utilizadores o custo da gestão de resíduos urbanos. Contudo, para que tal seja exequível, importa que os municípios que ainda não recuperam 90% dos custos com a gestão de resíduos urbanos, atualizem gradualmente os seus tarifários, aproximando-os dos custos de exploração e exigências legais.



Figura 5 - Resíduos Urbanos

4

Modelo Técnico de Gestão de Resíduos

4. Modelo Técnico de gestão de resíduos

4.1. Infraestruturas

O sistema de gestão integrada de resíduos urbanos (RU), titulado pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) tem como objetivo recolher, tratar e valorizar os resíduos urbanos produzidos nos 19 municípios que definem a sua área de intervenção territorial.

A AMRPB possui uma rede de infraestruturas de gestão de resíduos urbanos necessária para otimizar a logística de recolha e o transporte dos resíduos urbanos produzidos nos diferentes municípios para o Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTRSU), situado em Tondela.

O CTRSU constitui a estrutura central do Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) da AMRPB. É nesta infraestrutura que são recebidos todos os resíduos urbanos recolhidos e que são desenvolvidas as operações de tratamento adequadas à sua tipologia. Para isso, dispõe de diversas valências e como tal diferentes infraestruturas, como as apresentadas na Figura 6.



Figura 6 – Esquema ilustrativo do CTRSU de Tondela

Os resíduos indiferenciados (RI) recolhidos na área de abrangência da AMRPB, após entrada no CTRSU são, normalmente, encaminhados para o Tratamento Mecânico (TM), onde se procede à separação mecânica das embalagens recicláveis e da fração biodegradável, para que estes materiais possam ser conduzidos para as operações de valorização adequadas à sua tipologia, na central de triagem e central de valorização orgânica, respetivamente. A fração resto (FR) produzida na operação da unidade de TMB, composta por refugos e rejeitados, fundamentalmente originários na operação da linha de tratamento material, é atualmente encaminhada para a nova linha de CDR, produzindo um combustível derivado de resíduo (CDR). O refugo (fração resto) proveniente da linha de CDR e da compostagem é eliminado na unidade de confinamento técnico – Aterro sanitário.

Os resíduos provenientes da recolha seletiva em ecopontos, ecocentros e recolha seletiva porta a porta do comércio e serviços, após entrada no CTRSU, são encaminhados, tendo em conta a sua tipologia,

para a central de triagem de papel e cartão ou para a central de triagem de plástico, metal e ECAL, onde são sujeitos a várias operações de triagem. Posteriormente, os resíduos são prensados e retomados por operadores licenciados para o efeito.

A recolha seletiva de outros fluxos como sejam, os biorresíduos verdes, os têxteis, os óleos alimentares usados, os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE's), a madeira e os resíduos de pilhas e acumuladores (RPA) não são submetidos a quaisquer operações de tratamento no CTRSU, sendo encaminhados para os operadores devidamente licenciados para o efeito.

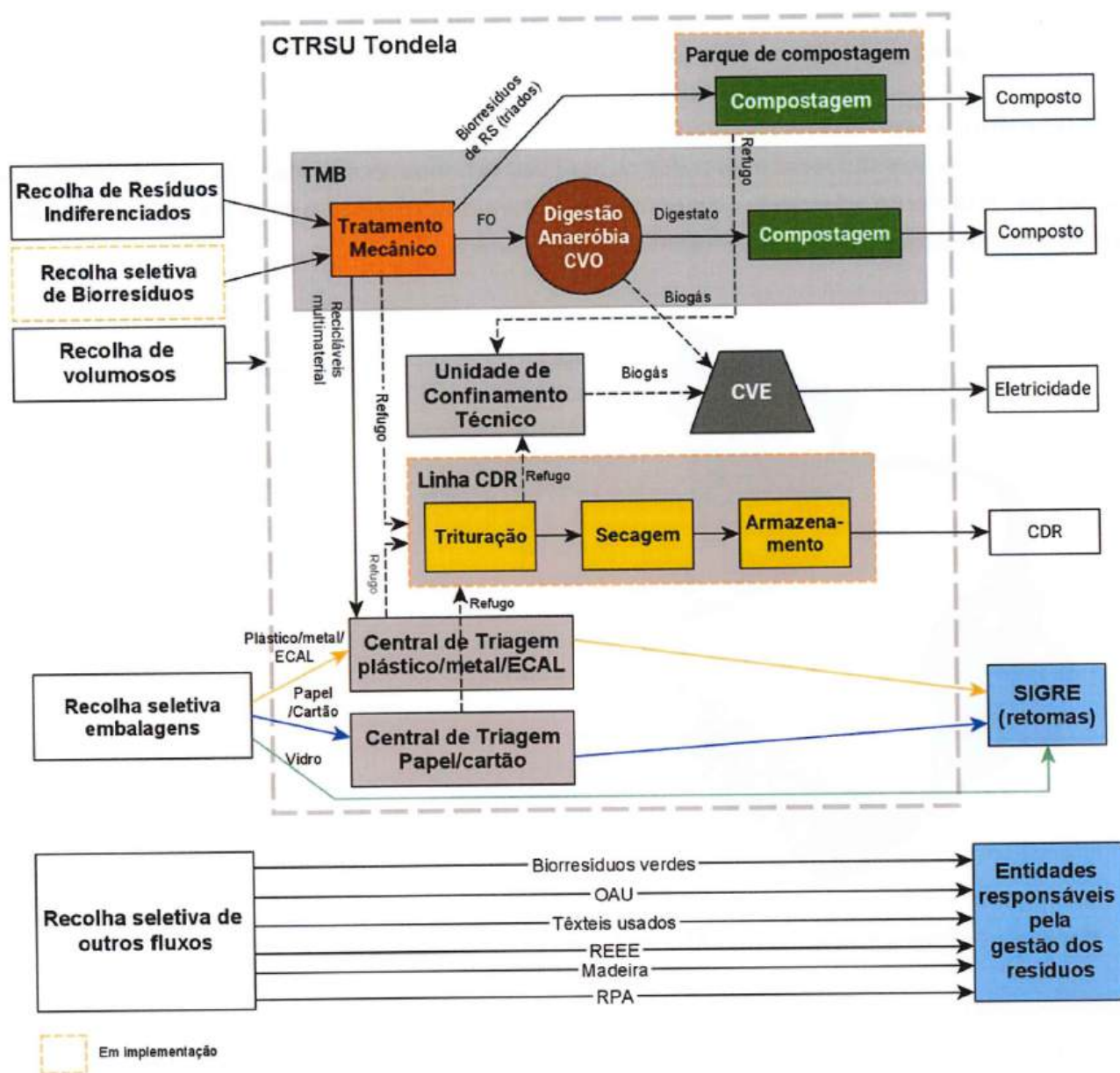


Figura 7 – Esquema ilustrativo do funcionamento do modelo técnico de gestão de RU no território da EG¹.

Em termos logísticos, e de forma a complementar o sistema de gestão integrada de resíduos urbanos, a entidade gestora dispõe de 3 Estações de Transferência (ET), situadas nos municípios de Seia, Viseu e Vouzela, que asseguram a receção de resíduos urbanos indiferenciados e resíduos de embalagens, e de 19 ecocentros², um em cada município.

¹PA PERSU 2030- AMRPB.

²O ecocentro do município de Mangualde encontra-se em fase de projeto.

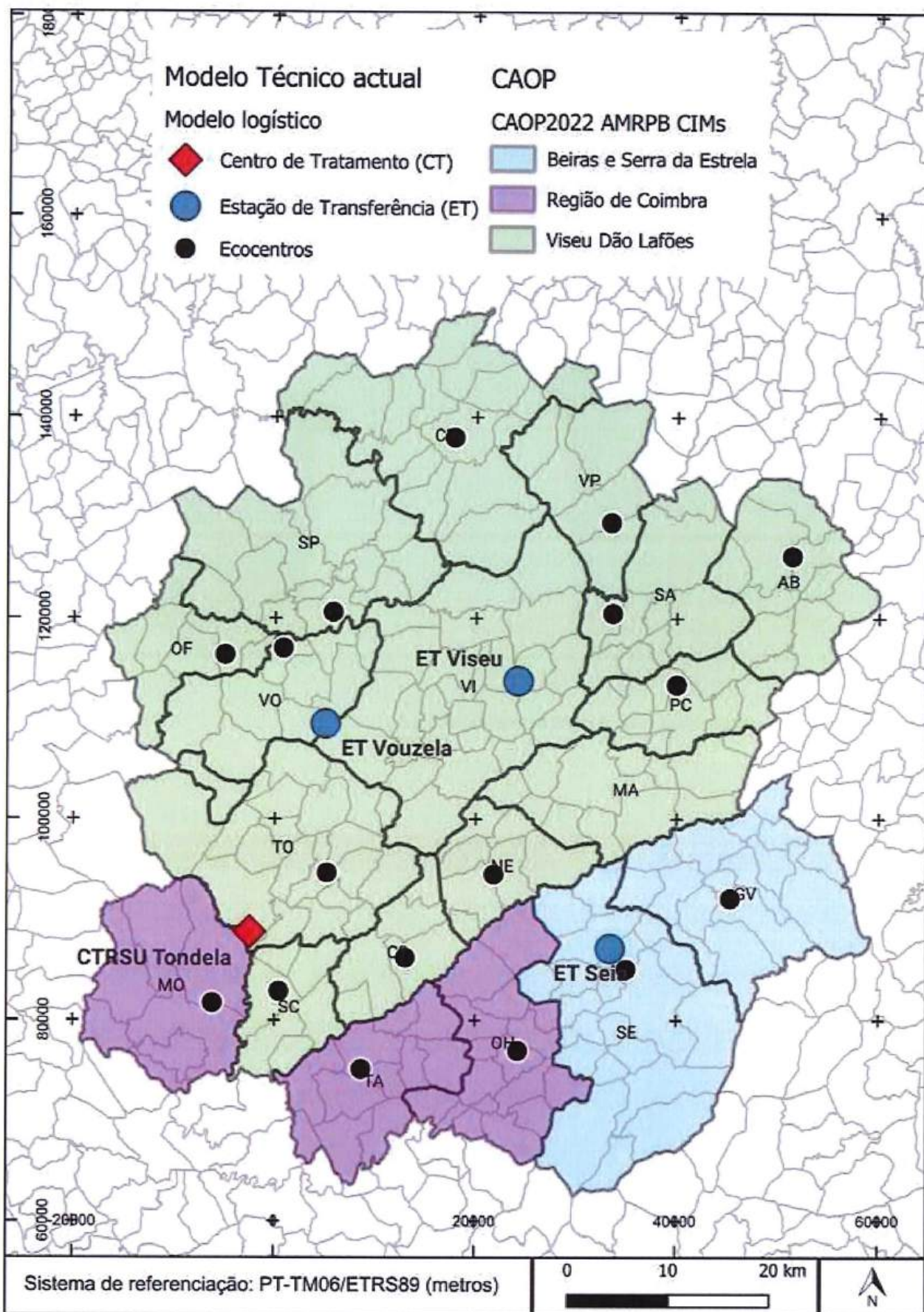


Figura 8 – Modelo logístico do SGRU.

4.2. Equipamentos

4.2.1. Equipamentos Recolha Indiferenciada

Foram fornecidos em 2024, 1391 novos contentores das diversas tipologias (tabela 2 - fornecimento de novos contentores de RI no SGRU titulado pela AMRPB, em 2024). Estes equipamentos destinam-se não só à substituição de contentores danificados, mas também à instalação de novos pontos de deposição ou ao reforço de capacidade de locais já existentes.



Figura 9 - Contentorização de deposição indiferenciada

Município	360 L	800 L	1000 L	1100 L	Total
Aguiar da Beira	0	6	0	0	6
Carregal do Sal	11	81	0	0	92
Castro Daire	6	56	0	0	66
Gouveia	1	67	0	0	68
Mangualde	0	45	0	0	45
Mortágua	1	63	0	0	64
Nelas	1	53	0	0	54
Oliveira de Frades	8	59	7	0	74
Oliveira do Hospital	14	36	0	0	50
Penalva do Castelo	1	25	0	0	26
Santa Comba Dão	5	49	0	0	54
São Pedro do Sul	13	66	0	0	79
Sátão	9	40	0	0	49
Seia	31	103	0	0	134
Tábua	4	101	2	0	107
Tondela	10	141	0	0	157
Vila Nova de Paiva	3	18	0	0	21
Viseu	0	10	51	130	191
Vouzela	2	52	0	0	54
Total	120	1071	70	130	1391

Tabela 2 - Fornecimento de novos contentores de RI no SGRU titulado pela AMRPB, em 2024

A 31 de dezembro de 2024, o parque de contentores do SGRU contabilizou 24423 equipamentos (mais 175 do que em 2023) o que se traduz num volume nominal de 21.232,8 m³ de capacidade de receção de resíduos sólidos urbanos, registando um aumento de 0,8%.

Município	240 L	360 L	800 L	1000 L	1100 L	3000 L	5000 L	Total
Aguiar da Beira	1	40	516	1	0	3	0	561
Carregal do Sal	2	122	883	0	0	15	0	1022
Castro Daire	19	175	1246	16	0	13	0	1469
Gouveia	1	5	1138	0	0	3	0	1147
Mangualde	3	35	1131	2	0	47	0	1218
Mortágua	0	107	989	0	0	7	0	1103
Nelas	2	48	924	1	0	15	0	990
Oliveira de Frades	7	98	818	32	0	0	0	955
Oliveira do Hospital	4	422	1145	0	0	32	0	1603
Penalva do Castelo	0	40	777	1	0	6	0	824
Santa Comba Dão	0	68	971	7	0	6	0	1052
São Pedro do Sul	13	252	1330	16	0	15	0	1626
Sátão	7	151	870	2	0	20	0	1050
Seia	10	202	1219	0	4	41	0	1476
Tábua	0	106	1148	13	0	14	0	1281
Tondela	9	106	2027	10	0	17	0	2169
Vila Nova de Paiva	2	39	551	0	0	0	0	592
Viseu	0	0	158	813	2102	4	287	3364
Vouzela	1	56	835	0	0	29	0	921
Total	81	2072	18676	914	2106	287	287	24423

Tabela 3 – Caracterização do parque de contentorização de recolha indiferenciada (RI), 2024

4.2.1.1. Higienização dos contentores de Recolha Indiferenciada

A lavagem de equipamentos de deposição de RI é efetuada nos equipamentos de superfície e enterrados com uma periodicidade de 2 em 2 meses, tendo-se efetuado 6 ciclos durante o ano de 2024 lavando na totalidade 140647 contentores.

Em relação ao ano anterior houve um aumento de cerca de 0,8% do número de equipamentos lavados coincidente com o aumento do parque de contentores.



Figura 10 - Higienização de equipamentos de deposição de RI.

Lavagem de contentores por Município, 2024

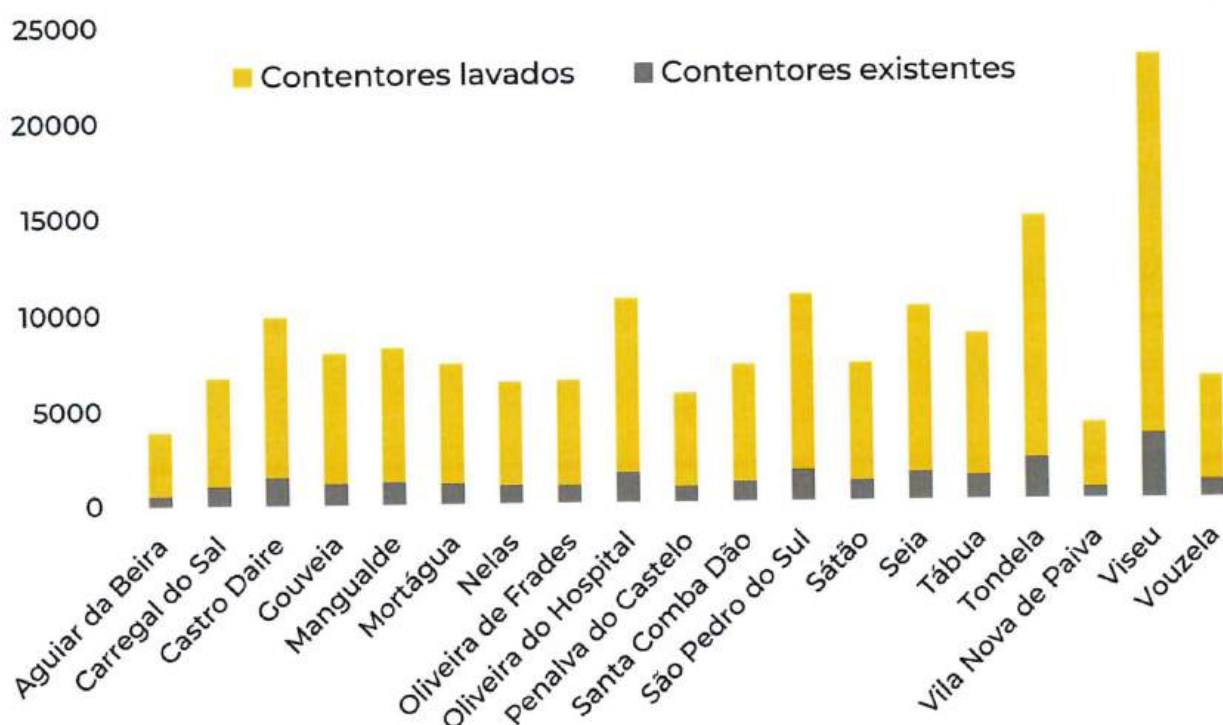


Gráfico 1 - Lavagem de contentores por município 2024

4.2.2. Equipamentos de Resíduos de Embalagens

A 31 de Dezembro de 2024, estavam instaladas no território da AMRPB um total de 2.896 baterias de recolha seletiva trifluxo (Ecopontos).

Relativamente à tipologia, a maioria dos equipamentos instalados são contentores de superfície de 2.500 litros de capacidade (2.462 baterias instaladas). Além desta tipologia, existem ainda 255 ilhas ecológicas constituídas por equipamentos do tipo enterrado e 179 ilhas ecológicas do tipo semi-enterrado. Os equipamentos destas duas últimas tipologias, possuem uma capacidade de deposição superior (3.000 ou 5.000 litros), estando por norma instalados em locais de maior densidade populacional e consequentemente, maior produção de resíduos.

Através desta distribuição cada vez mais abrangente, procura-se aproximar a recolha seletiva dos cidadãos e dar uma resposta adequada às suas necessidades de deposição.

Município	Tipologia de Ecopontos			Total
	Superfície	Enterrados	Semi-Enterrados	
Aguiar da Beira	44	5	0	49
Carregal do Sal	57	15	0	72
Castro Daire	140	14	1	155
Gouveia	101	3	0	104
Mangualde	130	35	0	165
Mortágua	99	7	0	106
Nelas	97	15	0	112
Oliveira de Frades	101	12	1	114
Oliveira do Hospital	120	29	0	149
Penalva do Castelo	81	6	0	87
Santa Comba Dão	83	1	5	89
S. Pedro do Sul	174	14	0	188
Sátão	96	0	15	111
Seia	158	36	0	194
Tábua	115	18	0	133
Tondela	202	18	0	220
Vila Nova de Paiva	36	0	0	36
Viseu	522	2	157	681
Vouzela	106	25	0	131
TOTAL	2462	255	179	2896

Tabela 4 - Tipologia de Ecopontos instalados por município



Figura 11 - Ecopontos de superfície

4.2.3. Equipamentos de Óleos Alimentares Usados (OAU)

De modo a assegurar a recolha seletiva e correta gestão dos óleos alimentares usados, a AMRPB disponibiliza um total de 300 oleões instalados nos 19 municípios da sua área de abrangência.

Através do contrato de prestação de serviços com um operador licenciado para a gestão dos OAU, a AMRPB tem instalados Oleões Smart S+, conhecidos como Oleões Inteligentes, que permitem a deteção em tempo-real do nível de enchimento do mesmo, prevenindo derrames, otimizando a eficiência logística e diminuindo a pegada de carbono/emissão de gases com efeito estufa associados ao processo de recolha e transporte do resíduo.



Figura 12 - Oleão

Município	Contentores
Aguiar da Beira	13
Carregal do Sal	13
Castro Daire	14
Gouveia	14
Mangualde	15
Mortágua	13
Nelas	14
Oliveira de Frades	13
Oliveira do Hospital	15
Penalva do Castelo	13
Santa Comba Dão	13
São Pedro do Sul	14
Sátão	14
Seia	18
Tábua	13
Tondela	22
Vila Nova de Paiva	13
Viseu	43
Vouzela	13
Total	300

Tabela 5 - Parque de contentorização de recolha seletiva de Óleos Alimentares Usados do modelo técnico da AMRPB

4.2.4. Equipamentos de compostagem doméstica e comunitária

A tabela 6 apresenta os equipamentos para a compostagem doméstica e comunitária instalados até ao final de 2024 no território da AMRPB, perfazendo um total de 1.345 compostores domésticos, com capacidades que vão desde os 125 litros aos 1065 litros, e 8 compostores comunitários com capacidade total de 4000 litros.

Município	Compostagem doméstica	Compostagem comunitária
Aguiar da Beira	53	0
Carregal do Sal	66	0
Castro Daire	234	2
Gouveia	23	5
Mangualde	56	0
Mortágua	220	0
Nelas	6	0
Oliveira de Frades	16	0
Oliveira do Hospital	140	1
Penalva do Castelo	15	0
Santa Comba Dão	21	0
São Pedro do Sul	34	0
Sátão	14	0
Seia	0	0
Tábua	80	0
Tondela	0	0
Vila Nova de Paiva	0	0
Viseu	355	0
Vouzela	12	0
Total	1.345	8

A Tabela 6 - Equipamentos de compostagem doméstica e comunitária

4.3. Viaturas

A tabela seguinte sintetiza os dados respeitantes ao parque de viaturas de recolha / transporte de resíduos afetas à gestão de RU, sendo que maioritariamente as viaturas pertencem ao prestador de serviço.

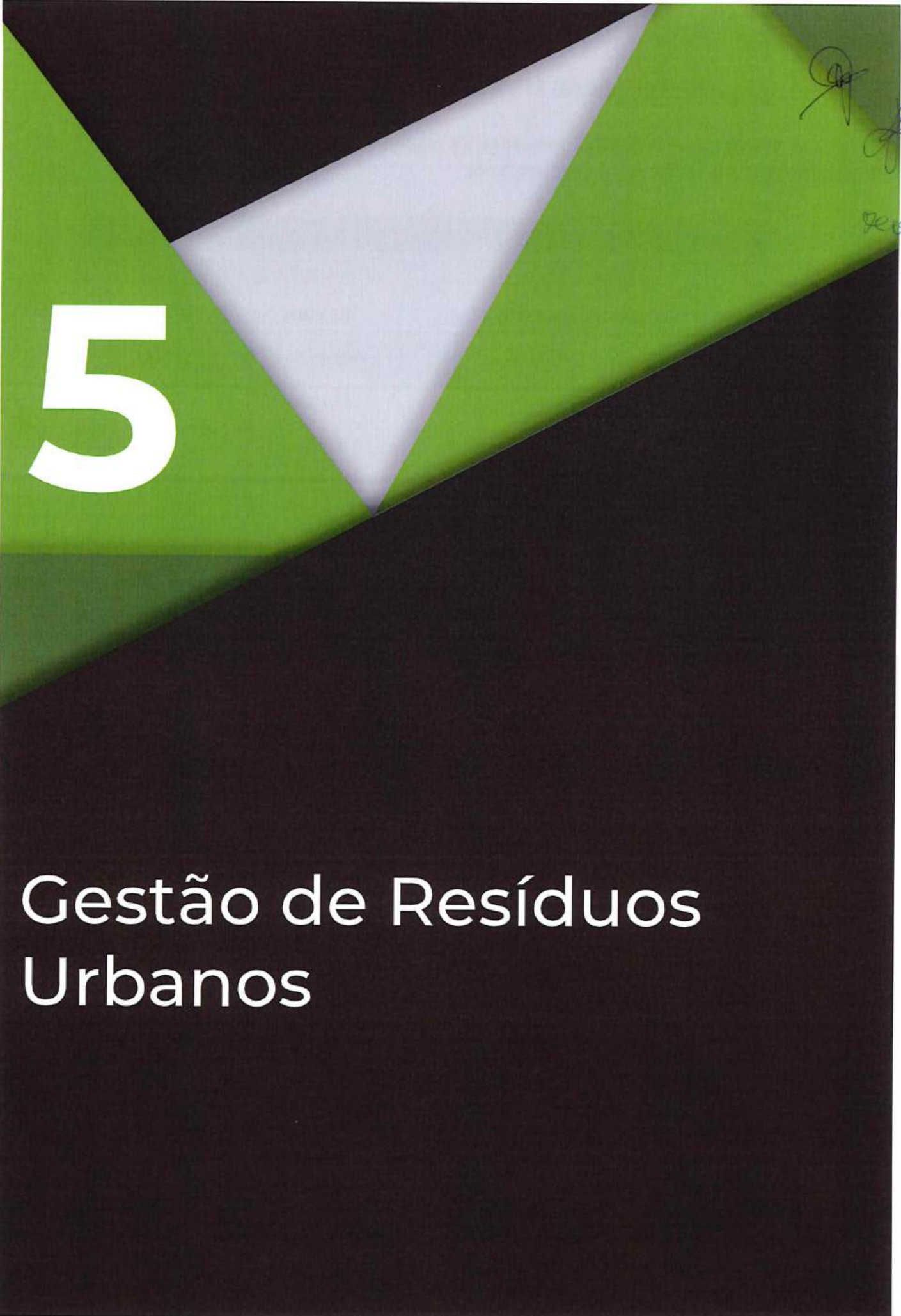
Fluxo de RU	Tipologia de recolha / função	Motorização	N.º
Indiferenciado	Equipamento de Proximidade (EP)	Gasóleo	48
		Gás	3
Resíduos específicos	PaP / EP	Gasóleo	7
Resíduos de embalagens	RS PaP UND	Gasóleo	7[a]
	RS EP	Gasóleo	18
Diversos	Apoio à RS	Gasóleo	3
Diversos	Transporte secundário	Gasóleo	13

A Tabela 7 - Parque de viaturas de recolha

[a] Incluindo 4 viaturas adquiridas em 2023, que foram alocadas ao modelo técnico.
EP – Equipamento de proximidade | RS – Recolha seletiva | PaP- Porta-a-Porta | UND – Utilizador não doméstico



Figura 13 - Viatura de recolha indiferenciada



5

Gestão de Resíduos Urbanos

5. Gestão de Resíduos Urbanos

5.1. Produção de Resíduos Urbanos

Em 2024, foram produzidas 144.728 toneladas de resíduos urbanos no território da AMRPB, a que corresponde uma capitação de 444 kg/(hab.*ano).

Item	Unidades	2023
População (1)	habitante	326.262
Produção total de RU (2)	tonelada	144.728
Capitação RU	kg/(hab.*ano)	444
Recolha total	tonelada	144.728
Recolha indiferenciada	tonelada	121.962
	kg/(hab.*ano)	374
	% total RU	84%
Recolha seletiva	tonelada	22.766
	% total RU	16%
Trifluxo ecopontos	tonelada	13.223
Ecocentros	tonelada	8.052
Resíduos específicos	tonelada	1.445
OAU	tonelada	46
Reciclagem na origem	tonelada	244

A Tabela 8 – Quantitativos da produção de resíduos urbanos em 2024

5.2. Recolha

5.2.1. Recolha Indiferenciada

A recolha indiferenciada de resíduos urbanos registou, em 2024, um aumento de 2,7% face ao ano anterior, passando de 118.734 ton para 121.962 ton. A maior produção de resíduos registou-se nos meses de Verão, devido essencialmente à flutuação da população residente e da realização de um maior número de eventos e festividades na área de abrangência da AMRPB.

Através de 67 circuitos de recolha de RU realizados com o auxílio de 58 viaturas que operam nos 19 Municípios, e tendo em conta as frequências de recolha de acordo com a produção de resíduos do local que podem ser uma, duas, três, quatro vezes por semana ou diariamente, são recolhidos todos os RU. As frequências de recolha dos vários circuitos são ajustadas sempre que necessário de modo a evitar a acumulação de RU nos equipamentos e na sua envolvente.

Municípios	Circuitos de Recolha	Nº de Viaturas
19	67	51

A Tabela 9 - Circuitos de recolha e o número de viaturas

A tabela 10 apresenta as quantidades de resíduos urbanos indiferenciados recolhidas no exercício de 2024 no SGRU titulado pela AMRPB.

Municípios	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Aguiar da Beira	147	138	132	150	152	137	186	232	151	164	139	143	1.871
Carregal do Sal	263	260	273	288	276	280	344	382	289	304	283	279	3.521
Castro Daire	343	313	310	351	342	314	403	511	356	388	339	330	4.301
Gouveia	376	349	341	382	368	372	443	499	379	403	378	372	4.660
Mangualde	540	513	517	548	547	551	648	689	538	656	539	513	6.799
Mortágua	255	235	259	258	256	253	299	326	257	276	256	247	3.177
Nelas	462	401	436	434	409	398	488	499	422	441	407	414	5.212
Oliveira de Frades	281	257	268	275	269	259	304	332	273	295	264	260	3.336
Oliveira do Hospital	559	517	546	572	548	553	667	727	574	599	565	554	6.981
Penalva do Castelo	201	186	181	201	200	182	243	283	196	224	184	194	2.474
Santa Comba Dão	340	311	325	358	340	323	399	441	335	360	339	351	4.222
São Pedro do Sul	428	389	413	457	418	427	522	624	431	476	430	427	5.441
Sátão	310	284	284	332	307	298	396	496	316	345	299	307	3.974
Seia	613	576	566	611	576	586	697	809	607	643	595	590	7.468
Tábua	342	327	328	371	362	345	410	451	361	381	345	347	4.370
Tondela	794	765	809	847	795	817	949	1.035	829	894	816	774	10.124
Vila Nova de Paiva	120	107	119	126	114	115	153	224	129	126	135	123	1.590
Viseu	3.219	3.014	3.114	3.294	3.138	3.108	3.527	3.770	3.230	3.493	3.208	3.237	39.351
Vouzela	242	236	234	250	246	243	294	344	251	273	232	246	3.092
													121.962

Tabela 10 – Recolha Indiferenciada de resíduos urbanos, 2024 (ton).

O parque de contentores foi, durante 2024, renovado e uniformizado à medida das necessidades de cada município, quer em termos de novos locais de deposição de RSU, quer através da substituição de equipamentos que já não reúnem condições de segurança para a sua utilização e/ou para a sua recolha. O parque foi alvo de intervenções periódicas de conservação e manutenção de equipamentos.

Em termos de lavagem dos equipamentos de recolha de superfície e enterrados, a frequência do serviço foi efetuada de dois em dois meses, permitindo minimizar os odores e sujidade dos equipamentos, continuando, no entanto, a ser essencial uma correta utilização dos mesmos por parte dos munícipes, nomeadamente o devido acondicionamento dos resíduos em saco fechado antes da sua colocação no interior do equipamento.

Contentores Existentes	Contentores Fornecidos	Contentores Lavados
24 423	1391	140 647

A Tabela 11 - Contentores fornecidos e lavados.

O serviço de recolha de resíduos específicos continuou a crescer em 2024, permitindo desviar um importante fluxo de resíduos da via pública e dos equipamentos de deposição, garantindo um destino adequado dos resíduos e minimizando as deposições ilegais de RU.

RE Recolhidos	RE Aterro	RE Reciclagem
1440,54 Toneladas	999,86 Toneladas	440,68 Toneladas

A Tabela 12 - Quantidades de RE recolhidas

A AMRPB visando o controlo e digitalização de registos e monitorização do serviço de recolha de RSU, disponibiliza aos municípios uma plataforma de gestão, 360waste, através da qual se efetua a maioria das comunicações de pedidos de contentores, ocorrências, pedidos de recolha de resíduos específicos, bem como a visualização e controle de circuitos de recolha de RSU e lavagem de equipamentos, com verificação dos contentores recolhidos e toda a informação afeta a cada circuito.

Além de todos os serviços mencionados, os Municípios têm ao dispor várias prestações extra, das quais a recolha ao domingo foi a mais solicitada em 2024, um serviço importante para minimizar os efeitos da acumulação de resíduos nos eventos pontuais de grande produção.

O serviço de recolha de RSU está em constante monitorização por parte dos serviços de modo a, sempre que necessário, responder às ocorrências verificadas e fazer os devidos ajustes no sentido de proporcionar um serviço de qualidade a todos os Municípios, sendo um processo em constante melhoria.

5.2.2. Recolha Seletiva Multimaterial

No período de Janeiro a Dezembro de 2024, foram recolhidas seletivamente no Planalto Beirão, 21 275 toneladas de resíduos. São mais 894 toneladas em relação ao ano de 2023.

Estas quantidades referem-se aos resíduos depositados nos ecopontos e ecocentros, bem como aos recolhidos pelo serviço de recolha porta-a-porta.

5.2.2.1. Ecopontos

No período de janeiro a dezembro de 2024, foram depositadas e recolhidas 13.222(*) toneladas de resíduos urbanos nos ecopontos da área de abrangência da AMRPB. Mais 688 toneladas do que em 2023.

(*) – Inclui quantitativos provenientes do serviço de recolha porta-a-porta.



Figura 14 - Ecopontos Enterrados

Município	Vidro	Papel / Cartão	Embalagens	Total (Kg)
Aguiar da Beira	89 100,59	44 767,81	38 417,79	172 286,18
Carregal do Sal	134 365,60	89 759,20	86 309,66	310 434,46
Castro Daire	256 280,59	124 443,90	106 993,03	487 717,52
Gouveia	167 789,32	113 934,44	99 139,12	380 862,88
Mangualde	315 570,35	244 426,00	210 883,50	770 879,86
Mortágua	196 119,27	92 541,43	87 885,18	376 545,88
Nelas	215 647,06	129 199,64	121 741,60	466 588,31
Oliveira de Frades	172 598,46	96 969,44	79 409,60	348 977,50
Oliveira do Hospital	302 154,65	229 941,28	190 700,48	722 796,41
Penalva do Castelo	120 068,66	69 376,57	58 248,21	247 693,43
Santa Comba Dão	169 334,58	100 157,80	73 925,62	343 418,01
S. Pedro do Sul	316 876,14	190 060,34	159 715,65	666 652,13
Sátão	159 271,56	107 455,20	87 617,09	354 343,85
Seia	357 531,32	287 276,13	232 193,67	877 001,12
Tábua	189 472,23	125 163,12	109 025,24	423 660,59
Tondela	436 152,97	259 344,81	210 082,38	905 580,17
Vila Nova de Paiva	88 785,91	44 915,11	31 183,26	164 884,27
Viseu	1 760 461,06	1 773 605,75	1 253 820,17	4 787 886,98
Vouzela	196 699,67	122 232,01	95 388,76	414 320,44
Total	5 644 280,00	4 245 570,00	3 332 680,00	13 222 530,00

Tabela 13 - Recolha Seletiva - Ecopontos

5.2.2.2. Ecocentros

Os ecocentros são centros de receção, vedados e vigiados, dotados de equipamentos de grande capacidade para a recolha diferenciada de materiais passíveis de valorização.

No ano de 2024, foram entregues nos ecocentros da região do Planalto Beirão 8.052 toneladas de resíduos, um aumento de 201 toneladas face ao valor registado em 2023.



Figura 15 - Ecocentro

2024	PAPEL		VIDRO	PLÁSTICOS	PLÁSTICOS	METAIS	MADEIRA	R C D	VERDES	R E E		MONSTROS		PILHAS	BATERIAS	LÂMPADAS	TOTAIS
	CARTÃO		15 01 07	15 01 06	MISTOS	15 01 04	A 15 01	17 09 04	20 02 01	REEE	MONITORES/	EQ ARREF.	20 03 07	20 01 33	16 06 01	20 01 21	
	15 01 01	20 01 01			20 01 39	20 01 40	03			20 01 36	TV	REFREG.					
						</											

Tabela 14 – Recolha seletiva de Resíduos – Ecocentros

5.2.2.3. Recolha seletiva porta a porta não-domésticos

O serviço de recolha seletiva porta a porta nos setores do pequeno comércio, restauração e serviços teve início em 2022, com o objectivo de contribuir de forma significativa para a redução da deposição inadequada e indiferenciada de resíduos valorizáveis de embalagem, garantindo o seu correto encaminhamento para valorização. É um serviço de proximidade junto dos grandes produtores, que facilita a gestão de resíduos de embalagem nos estabelecimentos e ao mesmo tempo evita que estes utilizem os ecopontos, deixando mais capacidade disponível para os utilizadores domésticos.

No ano de 2024, concluiu-se a extensão deste serviço à totalidade dos municípios associados, contando com a adesão de mais de 500 produtores. Ao nível das quantidades recolhidas, verificou-se um aumento de mais de 50% face a 2023, sendo recolhidas 620 toneladas de material valorizável.



Figura 16 - Viatura de recolha porta a porta

Figura 17 - Recolha de resíduos de embalagem do serviço porta-a-porta

Município	Vidro	Papel / Cartão	Embalagens	Total (Kg)
Aguiar da Beira	6.720	10.140	4.380	21.240
Carregal do Sal	4.280	7.720	1.640	13.640
Castro Daire	7.740	5.900	3.440	17.080
Gouveia	2.440	5.740	2.020	10.200
Mangualde	11.100	21.580	6.560	39.240
Mortágua	4.840	9.600	4.620	19.060
Nelas	0	3.720	1.260	4.980
Oliveira de Frades	10.000	8.840	2.740	21.580
Oliveira do Hospital	2.240	13.760	2.820	18.820
Penalva do Castelo	7.080	8.060	3.020	18.160
Santa Comba Dão	6.760	7.500	1.640	15.900
S. Pedro do Sul	32.240	26.320	9.300	67.860
Sátão	4.820	8.720	3.140	16.680
Seia	25.720	30.860	14.180	70.760
Tábua	7.380	6.560	1.540	15.480
Tondela	5.220	6.860	2.000	14.080
Vila Nova de Paiva	8.660	9.980	3.180	21.820
Viseu	28.940	133.630	25.980	188.550
Vouzela	4.360	16.320	4.280	24.960
Total	180.540	341.810	97.740	620.090

Tabela 15 – Resíduos recolhidos pelo serviço Porta-a-Porta (kg).

5.2.2.4. Proveniência dos resíduos de embalagem recolhidos seletivamente

Durante o ano de 2024, foram recolhidas 14.258 toneladas de resíduos de embalagem nos 19 municípios associados. Este valor contempla os resíduos depositados nos ecopontos, os entregues nos ecocentros e ainda os recolhidos pelo serviço de recolha porta-a-porta.

Conforme o gráfico apresentado abaixo, verifica-se que os ecopontos são os equipamentos mais utilizados para deposição destes resíduos, pela sua proximidade e facilidade de acesso. Os ecocentros contribuem com cerca de 7% das quantidades e a recolha porta-a-porta representa já 4% do total, com 600 toneladas recolhidas em 2024.



Figura 18 - Recolha de ecoponto semi-enterrado Seletiva

Proveniência dos resíduos de embalagem recolhidos seletivamente

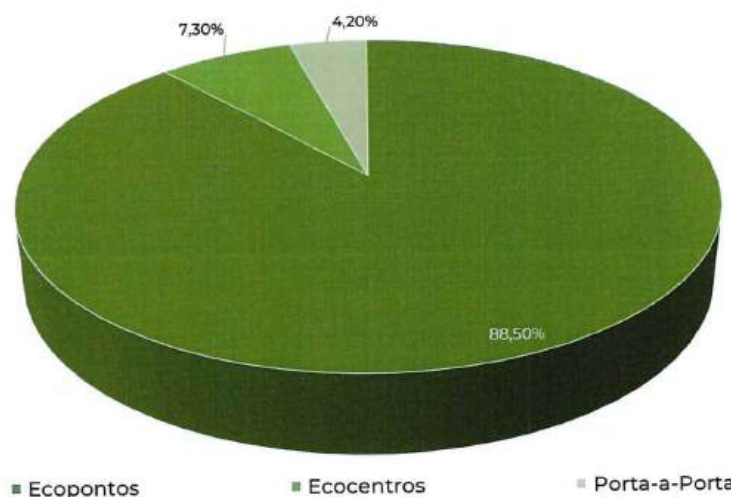


Gráfico 2 - Proveniência dos resíduos de embalagem recolhidos seletivamente

	2023 (ton)	2024 (ton)
Ecopontos	12.534	12.602
Ecocentros	1.083	1.036
PaP	403	620
Total	14.020	14.258

Tabela 16 – Quantitativos da recolha seletiva trífuxo, por origem, em 2022 e 2023.

5.2.2.5. Evolução da recolha seletiva trifluxo

No ano de 2024, a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão recolheu seletivamente, 14.258 toneladas de resíduos de embalagem. Face a 2023, verifica-se um aumento de 654 toneladas recolhidas, que se traduzem numa taxa de crescimento de 4.8%.

O maior aumento registado, foi ao nível das embalagens de plástico e metal, com mais 325 toneladas recolhidas e 10% de crescimento face a 2023, seguido pelo papel e cartão com mais 255 toneladas recolhidas e 5,5% de crescimento relativamente ao ano anterior. O vidro registou uma evolução mais modesta, com um aumento de 74 toneladas, traduzido por uma taxa de crescimento de 1,3%.

Depois de uma pequena diminuição nas quantidades recolhidas em 2023, a reciclagem volta a crescer, atingindo o seu valor máximo desde o início do serviço. Estes valores refletem não só a adesão dos cidadãos aos hábitos de separação doméstica, mas também à consolidação do serviço de recolha porta-a-porta no sector não-doméstico, agora a operar na totalidade do território da AMRPB.

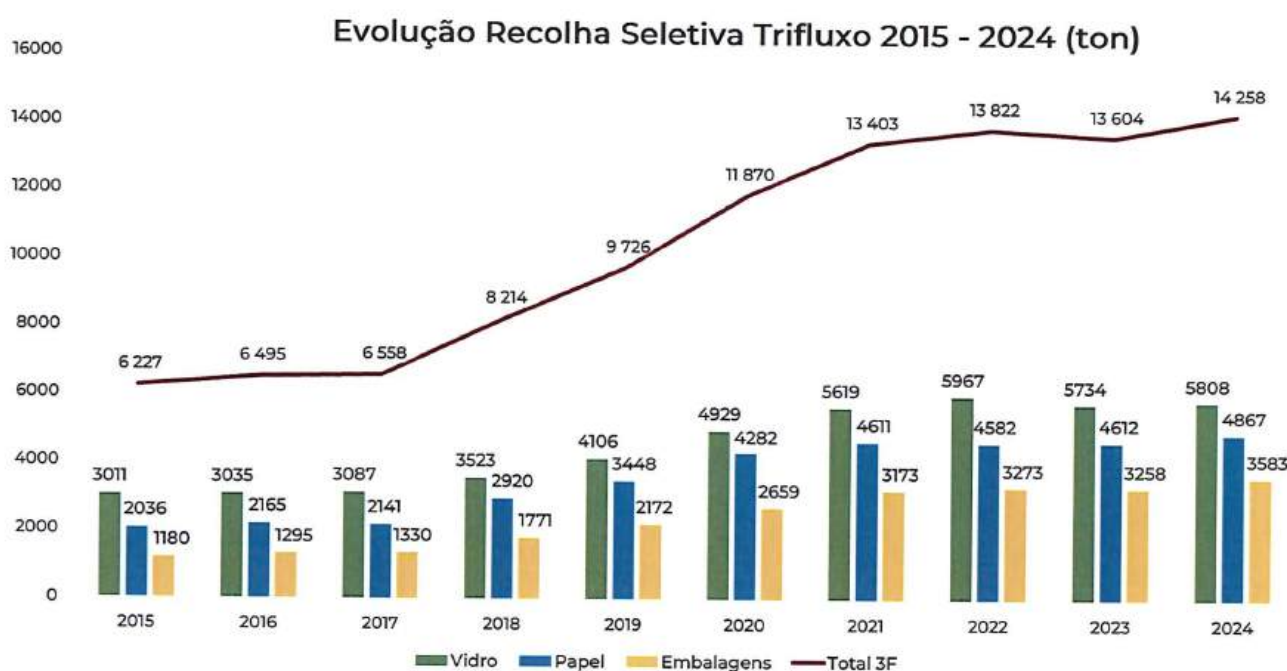


Gráfico 3 - Evolução da recolha seletiva trifluxo

5.2.2.6. Recolha seletiva per capita 2024

Em 2024, em média, cada habitante do Planalto Beirão depositou nos equipamentos de recolha seletiva 43,64 Kg de resíduos valorizáveis. Este valor supera em 1,6 Kg o registado em 2023 e é o máximo atingido na região até à data.

Para esta análise, foram consideradas as quantidades recolhidas ao nível dos ecopontos, ecocentro e serviço de recolha porta-a-porta.

Nos gráficos seguintes pode ser analisado o desempenho dos 19 municípios associados, ao nível dos três fluxos e também a média global anual do território da AMRPB.

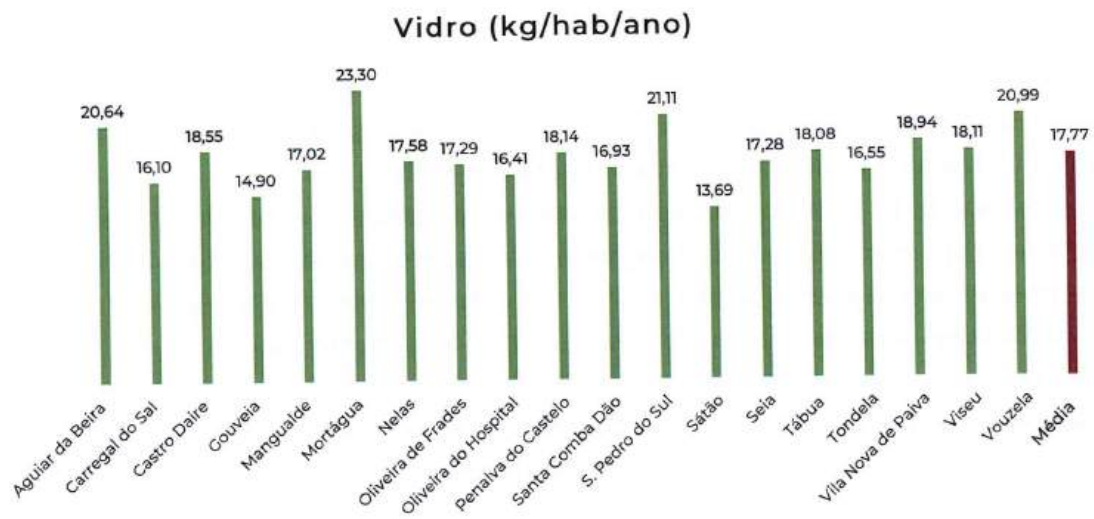


Gráfico 4 - Capitação da recolha seletiva de vidro em 2024

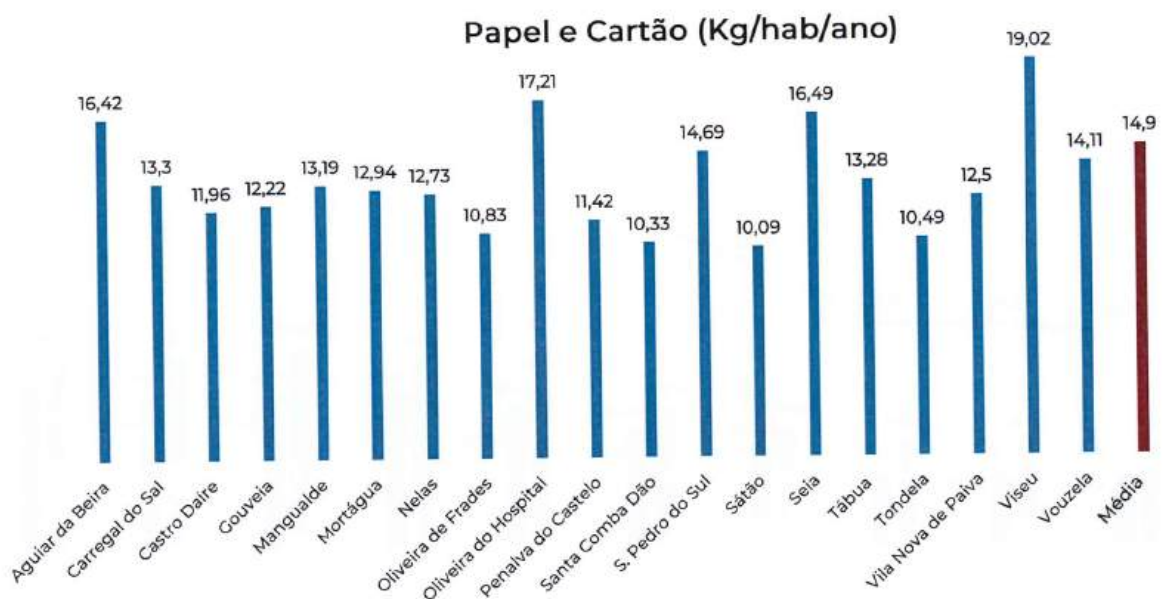


Gráfico 5 - Capitação da recolha seletiva de papel/cartão em 2024

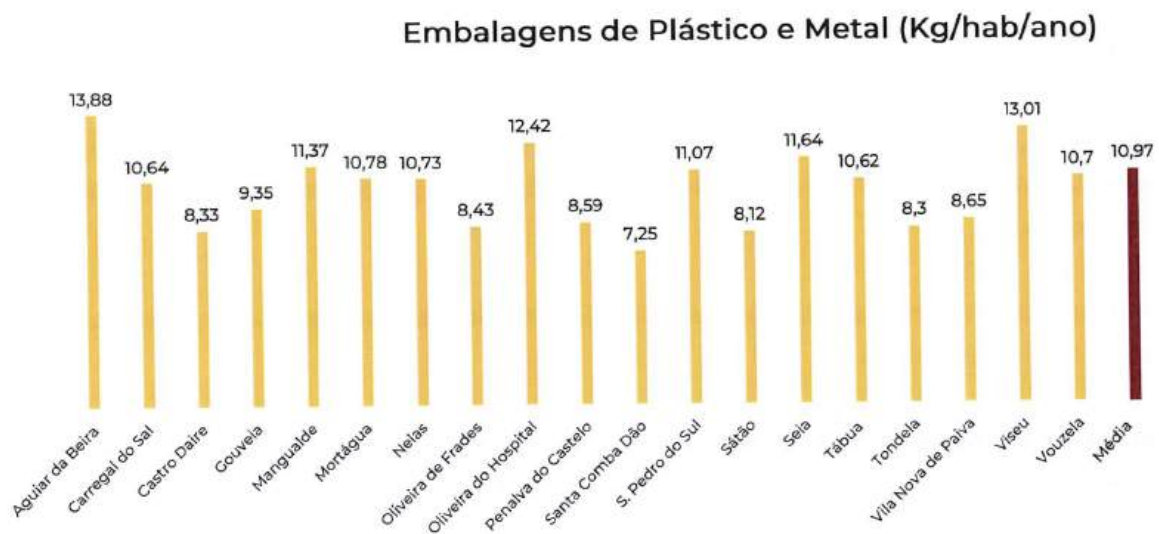


Gráfico 6 - Capitação da recolha seletiva de plástico/metal em 2024

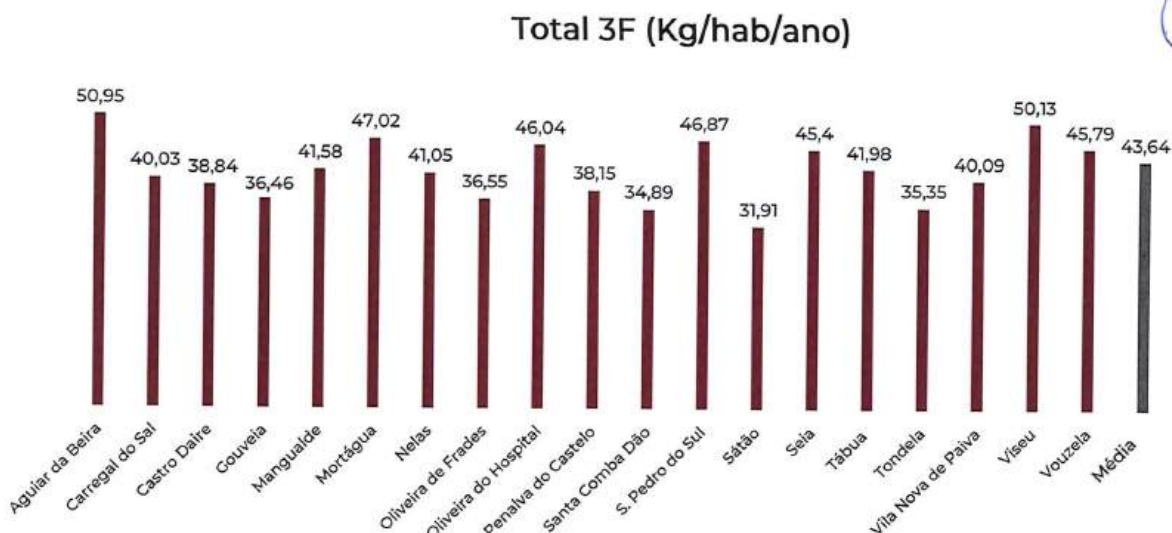


Gráfico 7 - Capitação da recolha seletiva trifluxo em 2024

5.3. Triagem de Plástico/Metal/ECAL e Triagem de Papel/Cartão

A unidade de triagem de embalagens de plástico e metal e papel e cartão existente processou durante o ano de 2024, as seguintes quantidades de resíduos provenientes da recolha selectiva e Tratamento Mecânico.

RS	2024	Papel e cartão	Embalagens
Entradas	Ecopontos	4192,22	3241,82
	Circuitos especiais	10,16	0,02
	Porta-a-Porta comércio	46,32	13,44
	Ecocentros	637,84	275,38
	Total	4886,54	3530,66
Saídas	Valorização (retomas)	4522,02	1974,56
	Rejeitado - Aterro sanitário	331,2	815,36
	CDR	0	393,28
	Total	4853,22	3183,2

Tabela 17 - Balanço de massa triagem da recolha seletiva



[Handwritten signature]

Figura 18 - Central de Triagem - Plano Interior

TM	2024	Embalagens
Entradas	Plásticos TM	2500,88
	Total	2500,88
	Valorização (retomas)	1942,6
Saídas	Rejeitado - Aterro sanitário	335,98
	Rejeitado - CDR	272,32
	Total	2550,9

Tabela 18 - Balanço de massa da triagem de embalagens- Linha TM

5.3.1. Retoma de Resíduos Valorizáveis

Os resíduos da recolha selectiva e do tratamento mecânico após triagem, são encaminhados para retomadores através da venda de recicláveis. Os resíduos de embalagem e os REEE são retomados, via entidade gestora e os restantes materiais têm como destino diversos OGR.

Retomas RS 2023/2024	2023 (ton)	2024 (ton)	Variação (%)
Vidro	5 525	6 063	9,7%
Cartão	4 323	4 543	5,1%
ECAL	215	192	-10,9%
Filme	445	450	1,1%
PET	482	492	2,1%
PEAD	196	201	2,7%
EPS	10	9	-12,4%
OEP	317	319	0,5%
Aço	419	464	10,7%
Alumínio	57	52	-9,3%
Pilhas & Acumuladores	5	2	-66,7%
Tampinhas	18	16	-9,9%
Plásticos mistos não embalagem	137	151	10,4%
Verdes	954	1 051	10,2%
Madeira	453	504	11,2%
Lâmpadas	5	3	-35,6%
REEE	502	493	-1,7%
OAU	52	46	-12,3%
TOTAL (toneladas)	14 115	15 050	6,6%

Tabela 19 - Retoma de resíduos urbanos provenientes da recolha seletiva.

Registou-se um aumento de 6,6% face a 2023, nas quantidades de resíduos retomados com origem nas diversas valências da recolha selectiva, no entanto, em termos de retomas de valorizáveis TM verificou-se um decréscimo de 8,6% face a 2023. A explicação decorre da paragem da instalação para manutenção.

Retomas Tratamento Mecânico	Valor 2023 (ton)	Valor 2024 (ton)	Variação (%)
Aço embalagem	916	826	-9,8%
Metal TMB	141	248	75,9%
Alumínio TMB	192	226	17,7%
PET TMB	625	532	-14,9%
PEAD TMB	230	213	-7,3%
Filme TMB	1 059	775	-26,8%
ECAL TMB	294	287	-2,5%
PET termoformado	-	113	100,0%
REEE TMB	42	8	-80,7%
OEP	33	-	-100,0%
TOTAL (toneladas)	3 532	3 228	-8,6%

Tabela 20 - Retoma de resíduos recicláveis com origem na TM

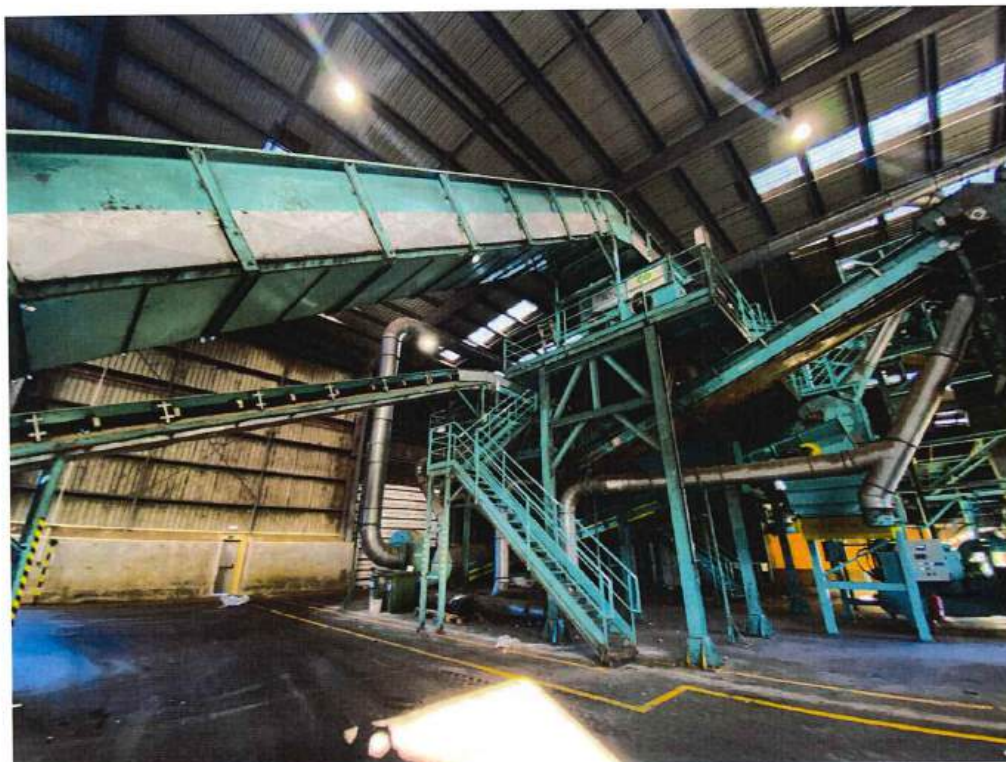


Figura 20 - Central de Triagem - Plano Interior

5.4. Óleos Alimentares Usados

Em 2024, no território de intervenção da AMRPB foram recolhidas 45,6 toneladas de óleos alimentares usados (OAU) nos equipamentos de proximidade instalados na via pública em todos os municípios e nos equipamentos existentes nos ecocentros.

Município	Aguilar da Beira	Carregal do Sal	Castro Daire	Gouveia	Mangualde	Mortágua	Nelas	Oliveira de Frades	Oliveira do Hospital	Penalva do Castelo	Santa Comba Dão	São Pedro do Sul	Sátão	Seia	Tábua	Tondela	Vila Nova de Paiva	Viseu	Vouzela	Total
Quantidade Recolhida (Ton)	1,07	1,28	1,09	2,66	2,93	1,52	1,33	0,76	2,57	1,51	2,27	1,87	1,61	2,23	2,03	3,45	1,78	12,4	1,34	45,6

Tabela 21 - Quantidades de OAU recolhidas por município em 2024.

5.5. Resíduos Específicos

O serviço de recolha de resíduos específicos é extremamente importante no sistema de gestão de resíduos, pois permite desviar um fluxo significativo da via pública e dos equipamentos de deposição, garantindo um destino adequado dos resíduos e minimizando as deposições ilegais de RU.

Este serviço contempla a recolha de resíduos que devido à sua dimensão e tipologia não são possíveis de recolher pelos meios normais, funcionando em duas vertentes: ou através do agendamento por telefone através do número verde (800 209 316) feito diretamente pelo utilizador, ou através da deteção dos resíduos na via pública pelos serviços de recolha ou pelos Municípios.

A AMRPB aposta cada vez mais em campanhas de sensibilização, para separar mais e melhor os resíduos, e no incentivo ao encaminhamento correto dos resíduos específicos, tendo em 2024 apelado de diversas

formas a este nível promovendo as boas práticas através deste serviço.



Figura 20 - Tabela do serviço de recolha de resíduos específicos

Durante o ano de 2024, foram recolhidas 1440,54 toneladas de resíduos específicos, representando um aumento de 17% face a 2023, evidenciando a tendência de crescimento deste serviço.

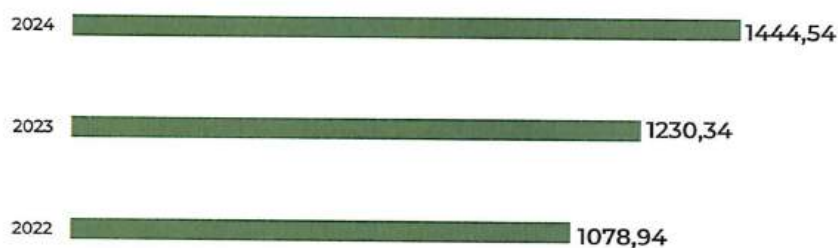


Gráfico 8 - Capitação da recolha de resíduos específicos em toneladas referente a 2024

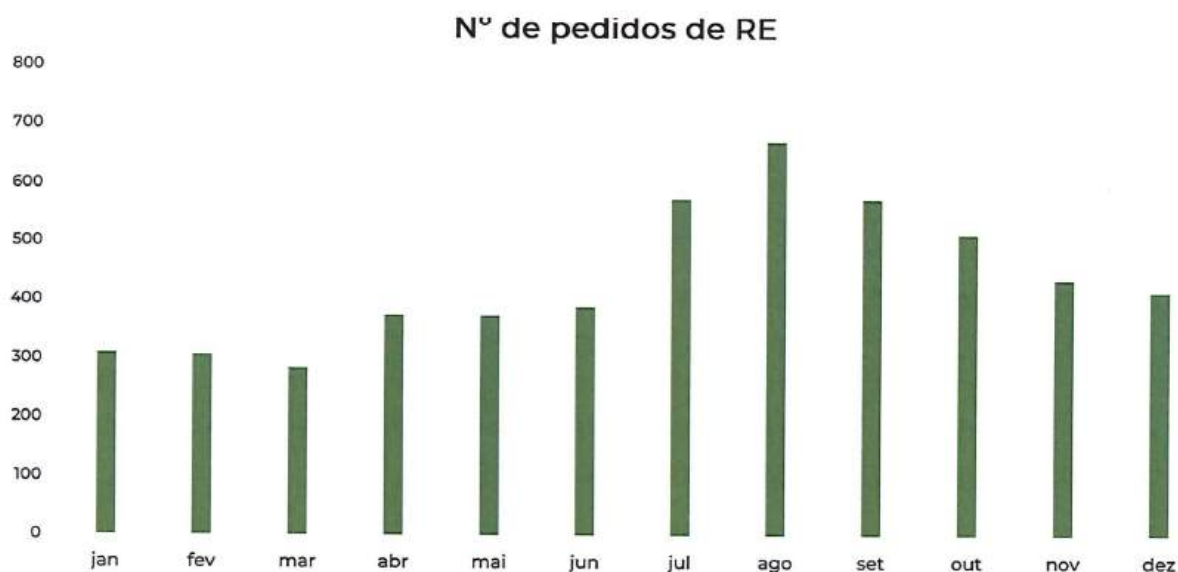


Gráfico 9 - Número de pedidos de RE rececionados através da linha verde em por mês em 2024

Município	Aguar da Beira	Carregal do Sal	Castro Daire	Gouveia	Mangualde	Mortágua	Nelas	Oliveira de Frades	Oliveira do Hospital	Penalva do Castelo	Santa Comba Dão	São Pedro do Sul	Sátão	Seia	Tábua	Tondela	Vila Nova de Paiva	Viseu	Vouzela
Quantidade Recolhida (Ton)	8,94	12,28	48,20	34,28	51,32	8,90	2,92	20,46	33,70	6,74	25,90	43,56	18,92	34,52	15,28	88,36	5,40	958,74	22,12

Tabela 22 - Número de pedidos de RE rececionados através da linha verde em por mês em 2024

As quantidades de resíduos recolhidas no âmbito deste serviço, têm vindo a crescer de ano para ano representando cerca de 1,2% dos resíduos recolhidos no âmbito do contrato de recolha de RSU. Além dos pedidos recebidos através do número verde, foram registadas ocorrências pelas equipas de recolha ao longo de 2024, relativas a RE abandonados na via pública em locais isolados ou junto aos equipamentos de deposição.

Os resíduos específicos recolhidos distribuem-se em vários fluxos de acordo com a figura seguinte:

Resíduos Específicos triados por material

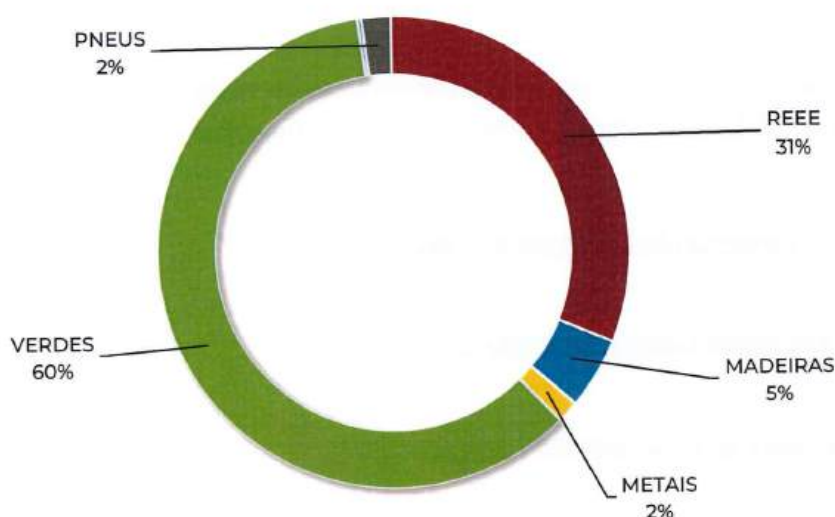


Gráfico 10 - Recolha de Resíduos Específicos em 2024 por fluxo (%)

5.6. Tratamento

5.6.1. Tratamento mecânico e biológico

5.6.1.1. Tratamento Mecânico

O tratamento mecânico da AMRPB tem uma capacidade instalada de 130 000 Ton/ano de RSU provenientes dos 19 municípios da área geográfica do Planalto Beirão, sendo constituído por uma sequência de múltiplas operações unitárias que permitem a separação do material recolhido em vários fluxos. Pretende separar a matéria orgânica de quaisquer elementos não orgânicos, de modo a conseguir um material de qualidade que seguirá para o tratamento biológico.

Os elementos não orgânicos resultantes do tratamento mecânico, nomeadamente, plásticos diversos, metais ferrosos e não ferrosos, papel/ cartão, são encaminhados para valorização.

Existe ainda um terceiro fluxo de saída, o rejeitado, ou seja, fração resultante do processo mecânico de resíduos que, por não ser valorizável, é encaminhado para eliminação, neste caso, deposição em aterro.

De modo geral, podem considerar-se como principais as seguintes zonas da instalação:

- Zona de recepção de resíduos (cais de descarga). A descarga dos resíduos é realizada no solo, sendo os resíduos empilhados e acumulados com recurso a uma pá carregadora que também transporta os resíduos para a alimentação do processo, constituído por uma tremonha de descarga.
- Linha de seleção, que segrega os resíduos em diferentes fluxos. É composta por vários equipamentos, tais como: alimentador metálico, crivos rotativos, abre sacos, separador balístico, separadores magnéticos, separadores óticos, separadores por raio X, peneira vibratória, cabine de triagem manual, piso móvel, vários tapetes transportadores, triturador de matéria orgânica e crivo de malha elástica.
- Zona de transferência de rejeitado, constituída por tapetes transportadores, cais de descarga, 2 camiões com caixas de 90 m³ que posteriormente transportam o rejeitado para deposição em aterro.
- Zona de entrega de matéria orgânica na CVO, constituída por um tapete reversível e uma balança de pesagem em linha.

Tratamento Mecânico de RSU - Resumo Anual 2024

	Dados Gerais	Unid	Totais
Entradas	RSU	ton	75.513,64
	Rejeitado - Cabine	ton	1.617,6
	Rejeitado - Cais	ton	7.070,1
	Rejeitado - TMB	ton	54.190,88
	Total Material Rejeitado	ton	62.878,58
	Mistura Plásticos/Polímeros	ton	1.231,32
	PET	ton	478,88
	Filme 1	ton	791,7
Saídas	TMB - Aço Embalagem	ton	655,62
	TMB - Aço Embalagem Finos	ton	149,04
	TMB - Metal	ton	215,1
	TMB - Alumínio	ton	12,54
	TMB - Alumínio Embalagem	ton	175,72
	TMB - Outros (PM Não Embalagem)	ton	12,64
	Total Saídas Mat. Potencial Valorização	ton	3.722,56
	CDR	ton	1268
	Matéria Orgânica para CVO	ton	5.344,9
	Matéria Orgânica para Parque de Compostagem	ton	1.870,56
	Total Saídas Materiais Aproveitados	ton	8.483,14
	TOTAL Saídas	ton	75.084,28

Tabela 23 - Tratamento Mecânico de Resíduos Sólidos Urbanos 2024

O quadro seguinte apresenta os indicadores operacionais do TM em 2024.

Indicadores operacionais da unidade de TM - 2024	
Indicador	Valor
Total de horas de funcionamento	3151,9
Dias totais trabalhados	263
Total de horas disponibilidade	3706,5
RSU processado ton/hora	23,82
RSU processado dia em média (ton/dia)	285,49

Tabela 24 - Indicadores Operacionais da Unidade de Tratamento Mecânico 2024

5.6.1.2. Tratamento Biológico

Central de Valorização Orgânica

A Central de Valorização Orgânica (CVO) da AMRPB tem uma capacidade de 35 000 Ton/ano de resíduos biodegradáveis, estimando-se uma produção anual de cerca de 9 000 toneladas de composto. O processo de digestão anaeróbia permite decompor os componentes biodegradáveis de RU e produzir biogás e composto orgânico. O biogás é utilizado para gerar eletricidade e o composto orgânico serve de fertilizante para diversos fins.

Na descrição do funcionamento da instalação importa salientar as seguintes unidades: digestão anaeróbia; circuito de biogás; pós-compostagem, afinação e armazenamento; tratamento de ar; tratamento das águas do processo.

Os equipamentos e infraestruturas mais relevantes nas unidades enunciadas são: bomba de introdução, bomba de recirculação, digestor, prensas de parafuso, filtros banda, caldeira a vapor, compressores de biogás, caixa de agitação, reviradora, torre de lavagem de ar, biofiltro, gasómetro e laboratório.

O bom funcionamento da instalação é controlado regularmente por um determinado número de medidas e análises, automaticamente integradas e registadas ao nível da supervisão central, como as quantidades de resíduos introduzidos no digestor, a produção de biogás, a composição do biogás (teor em CH₄ e CO₂), a temperatura à entrada e no digestor.

Para garantir o equilíbrio biológico são ainda efetuadas análises, no laboratório interno da CVO, aos seguintes parâmetros: pH, Humidade, Matéria seca, Matéria Seca Volátil, Inertes, BIC e AGV.

A Central de Valorização Orgânica (CVO) da AMRPB contribui não só para a redução da deposição de resíduos em aterro sanitário, como para a redução de gases responsáveis pelo aquecimento global, ao integrar tanto a digestão anaeróbia, como a compostagem, assumindo a forma de uma fase de digestão anaeróbia completa, seguida de uma maturação (compostagem) do material sólido resultante.

Em 2024, foram introduzidas no digestor da Central de Valorização Orgânica 5344.90 toneladas de resíduos sólidos triados, provenientes da Unidade de Tratamento Mecânico.

No fim de 2024, o digestor apresentava um nível de 18.3 metros, um volume de 3180 m³ e uma temperatura de 36 °C. Foram produzidas 2.294 toneladas de composto, das quais 75.6 toneladas foram armazenadas em box e 2.218 toneladas utilizadas para apoio à exploração, no confinamento técnico de resíduos.

O quadro seguinte apresenta e discrimina os valores da Central de Valorização Orgânica para os principais parâmetros e processos.

Central de Valorização Orgânica - Resumo Anual 2024			
Processo	Parâmetro	Unidade	Total
Introdução	Resíduos sólidos triados	ton.	5344,9
	Outros produtos	ton.	0
	Sucos prensados	m ³	0
	Sucos filtrados	m ³	0
	Vapor	m ³	163,2
	Nível	m	18,3
	Volume	m ³	3180
	Temperatura	°C	36
Extração	Extração digerido	ton.	13028,9
	Suco tratado	m ³	3779,6
	Bolo prensado	ton.	3703,4
	Bolo filtrado	ton.	1524,1
	Lixiviado ETAR	m ³	13855
Biogás	Produção biogás	Nm ³	528006,9
	CH ₄	%	57
	H ₂ S	ppm	366
	CO	ppm	376,4
	CO ₂	%	40,5
	O ₂	%	0,2

Os valores de CH₄, h₂S, CO, CO₂ e O₂ são valores médios.

Tabela 25 - Resumo Anual da Central de Valorização Orgânica 2024

CVO - Principais resultados analíticos

2024	Parâmetro	Unidade	Valores médios
RST	MS	%	41,7
	MSV	%	63
	Inertes totais	% PS	20,5
Digerido	MS	%	27,6
	MSV	%	39,8
	Inertes totais	% PS	60,2
	PH		7,6
	Temperatura	°C	35,7
	BIC	g/l	19,1
	AGV	g/l	2,7

Tabela 26 - Principais resultados analíticos da Central de Valorização Orgânica 2024

Parque de Compostagem

A construção de um parque de compostagem e a instalação de uma linha de afinação de composto permite um aumento da capacidade de tratamento de resíduos biodegradáveis (RUB) e uma melhoria de qualidade do composto produzido, proveniente da etapa de compostagem da instalação. Em 2024 foram rececionadas no parque de compostagem 1870.56 toneladas de RUB provenientes do TM.

Esta solução técnica reduz a deposição em aterro de RUB e promove a utilização de composto resultante da valorização de resíduos, com clara melhoria do desempenho da Associação de Municípios do Planalto Beirão, que se traduz na qualidade ambiental e de vida das populações servidas.

O parque de compostagem tem uma capacidade instalada de cerca de 6 000 toneladas/ano, valor que está dependente do tempo de compostagem/maturação do material de entrada. A linha de afinação foi dimensionada para tratar 10 ton/hora de composto bruto maturado resultante de processo de digestão anaeróbia seguida de compostagem, ou de apenas compostagem direta.



Figura 21 - Parque de Compostagem - Visão Interior



Figura 22 - Parque de Compostagem - Visão Exterior

5.6.2. Combustíveis Derivados de Resíduos

A linha de preparação de CDR segue a filosofia Waste-to-fuel e é fundamentalmente composta pelas etapas de tratamento mecânico (trituração e processamento), secagem e armazenamento.

A fracção resto resulta do rejeitado de tratamento mecânico de resíduos, proveniente de diversas fracções, quer de resíduos urbanos recolhidos indiferenciadamente, quer seletivamente.

Após a trituração e desidratação da fracção resto de resíduos, o CDR é armazenado em silo, enquanto aguarda a expedição para coprocessamento em unidade cimenteira.

Durante o ano 2024, foram produzidas a título de comissionamento industrial 1.293 toneladas de CDR, posteriormente valorizadas energeticamente na CIMPOR em Souselas.



Figura 23 - Central de CDR - Visão Exterior

Nesta fase de testes, foram processadas as seguintes quantidades:

CDR	Valor 2024 (ton)
Rejeitado TM	1 268,00
Rejeitado Triagem RS	665,60
Outras entradas	0,06
Total entradas	1 933,66
CDR	1 293,24
Metal CDR	18,78
Rejeitado TM	1 268,00

Tabela 27 - Quantitativos processados nos CDR



Figura 24 - Produto final CDR



Figura 25 - Central de CDR - Visão Interior

5.6.3. Confinamento técnico (Aterro Sanitário)

Em julho de 2024 iniciou-se a deposição de resíduos na nova célula do aterro. A célula 2 foi construída para uma capacidade de encaixe de 630 734 toneladas de resíduos não perigosos (volume de encaixe de 581 858 m³), pelo que a vida útil estimada é de 5 anos.



Figura 27 - Vista parcial da nova célula

5.6.3.1. Monitorização

Ao longo do ano de 2024 foram monitorizadas as diversas instalações que constituem o Centro Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos do Planalto Beirão.

5.6.3.1.1. Monitorização Aterro Sanitário

A avaliação do estado do aterro é efetuada através da superfície e volume ocupada pelos resíduos.

Área total ocupada: 136.169 m²
Volume total ocupado: 2.525.826 m³
Volume ocupado em 2024: 101.110 m³

Por forma a identificar que tipo de resíduos foram depositados em aterro (valores em toneladas), apresenta-se seguidamente a tabela que resume os quantitativos depositados:

Resíduos depositados AS	RSU	RIB	Refugo TMB	Circuito monstros/ específicos	Refugo triagem	Refugo CDR	Ecocentros madeiras e colchões	Outros	TOTAL
2023	31 331	17 225	66 983	805	1 833	46	1 534	1 219	120 976
2024	42 280	19 897	62 879	995	1 480	378	1 612	1 073	130 593
Variação (%)	34,94%	15,51%	-6,13%	23,62%	-19,31%	723,51%	5,10%	-11,97%	7,95%

Tabela 28 - Variação dos quantitativos de resíduos depositados em aterro nos anos de 2023 e 2024, por origem

Face às quantidades registadas no ano de 2023, regista-se um novo aumento global da quantidade de resíduos depositados em aterro de 7,95%.

A deposição de resíduos não perigosos "RIB" sofreu um acréscimo de 15,51%.

Na TMB os resíduos são sujeitos a separação, manual e mecânica, sendo triados os resíduos com potencial valorizável como, é o caso, dos metais e dos plásticos. Estes materiais são depois encaminhados para uma linha de triagem, onde são sujeitos a nova separação e posteriormente, enviados para reciclagem.

O material que não é valorizado (designado de rejeitado da TMB) vai ser encaminhado para deposição em aterro. No final do ano 2024 começaram a ser processados rejeitados na nova unidade dos CDR, pelo que se prevê que em 2025 a quantidade de rejeitado TM a ser depositado em aterro diminua consideravelmente.

Relativamente ao total de RSU da recolha indiferenciada entrado no Centro Integrado de Tratamento e eliminação de Resíduos do Planalto Beirão, o mesmo teve os seguintes destinos:

Ano 2024	RSU Directo (Ton)	%
TMB	75 518,44	64,11%
Aterro Sanitário	42 279,76	35,89%
TOTAL	117 798,2	100%

Tabela 29 - Destino do RSU proveniente da recolha indiferenciada

5.6.3.1.2. Controlo de Lixiviados e Afluente

Na seguinte tabela está registada a quantidade de lixiviado tratado na ETAL, do qual resultou permeado, ou seja, água tratada pronta a ser descarregada no meio natural.

Lixiviado					Permeado			
2024	OI 1	OI 2	OI 3	Total	OI 1	OI 2	OI 3	Total
Janeiro	4 522,90	5 214,80	2 495,80	12 233,50	2 600,40	2 956,40	1 389,60	6 946,40
Fevereiro	3 894,10	4 521,10	2 235,80	10 651,00	2 272,20	2 664,40	1 413,50	6 350,10
Março	4 703,50	5 358,30	2 794,00	12 855,80	2 748,80	3 154,20	1 799,90	7 702,90
Abril	2 694,60	4 623,90	2 163,50	9 482,00	1 558,80	2 647,40	1 422,90	5 629,10
Maio	1 907,40	4 618,60	2 537,20	9 063,20	1 047,60	2 527,90	1 599,60	5 175,10
Junho	4 631,00	4 574,00	884,60	10 089,60	2 379,00	2 192,50	592,70	5 164,20
Julho	3 933,00	3 486,70	435,00	7 854,70	1 988,90	1 641,70	250,60	3 881,20
Agosto	3 119,40	4 396,00	1 010,00	8 525,40	1 470,10	1 914,40	504,70	3 889,20
Setembro	2 088,30	3 441,60	1 932,60	7 462,50	835,60	1 407,90	921,60	3 165,10
Outubro	2 954,40	5 103,90	2 484,90	10 543,20	1 379,10	2 322,80	1 583,40	5 285,30
Novembro	3 449,50	4 971,30	3 242,50	11 663,30	1 522,00	2 452,60	1 760,40	5 735,00
Dezembro	5 409,90	4 730,80	3 383,40	13 524,10	2 003,50	1 871,20	1 439,90	5 314,60
TOTAL	43 308,00	55 041,00	25 599,30	123 948,30	21 806,00	27 753,40	14 678,80	64 238,20

Tabela 30 - Quantificação do lixiviado afluente ao tratamento de Osmose Inversa e respectivo efluente descarregado



Figura 27 - Lagoa de Tempestade (receção de lixiviado)

Com o sistema instalado obteve-se um rendimento/eficiência de tratamento de 52%.

Em termos gráficos podemos observar a relação entre a quantidade de lixiviado que chega às OI para tratamento e a quantidade que, efetivamente, é descarregada.



Gráfico 11 - Representação da relação entre o lixiviado e a quantidade de efluente permeado produzido.

Para verificação do cumprimento da licença é realizado um rigoroso controlo analítico, por laboratório externo, com periodicidade mínima mensal e obedecendo ao plano de monitorização imposto pela licença de exploração/Licença Ambiental do aterro, são realizadas também, análises ao lixiviado.



Figura 28 - Lagoa de água tratada

O lixiviado líquido que resulta da degradação dos resíduos e da pluviosidade que percolou os resíduos, teve as seguintes características:

Lixiviado - 2024		Unidade	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Azoto amoniacal	Cloroeto	mg O2/L	3400	2400	6700	5700	8400	1	96	6200	1320	4300	6000	4100
	Condutividade	mg Cl/L	3900	2700	6100	7000	10100	8900	8100	8700	9900	6200	7600	6100
Carência química de oxigênio	Ph	mS/cm (25°C)	27	20	34	40	31	53	48	56	47	32	46	40
	Cianetos	mg O2/L	9500	7500	12200	14200	22600	18300	18400	24000	42400	14000	23970	20700
Arsênio	Crômio total	E.Sorensen	8	8,1	8	8,1	8	8,1	8,3	8,2	8,1	8,1	8	8
	Crômio VI	mg CN/L			0,039			0,099			0,24			0,12
Cádmio	Mercúrio	mg As/L			0,44			0,78			0,87			0,77
	Chumbo	mg Cd/L			0,01			0,01			0,01			0,01
Carbonatos / bicarbonatos	Potássio	mg Cr/L			1,9			4			0,05			3,2
	Índice de fenóis	mg CR(VI)/L			0,05			0,05			0,05			0,05
Sulfatos	Fluoretos	mg Hg/L			0,0005			0,00005			0,0014			0,14
	Nitratos	mg Pb/L			0,05			0,05			0,05			0,05
Alumínio	Nitritos	mg CaCO3/L			21000			29000			32000			20000
	Sulfuretos	mg K/L			2000			3500			4300			3600
Bário	Cobre	mg C/L			2,4			2,4			10			9,6
	Ferro	mg F-/L						5200						340
Manganês	Magnésio	mg NO3/L						10						11
	Zinco	mg NO2/L						1						48
Antimônio	Níquel	mg SO4/L						0,3						0,3
	Selênio	mg S/L						5000						1400
Cálcio	Aox	mg Al/L						140						390
	Hidrocarbonetos totais	mg Ba/L						8,2						5,6
Sódio	Boro	mg Cu/L						0,28						0,26
		mg Fe/L						0,14						0,21
Boro		mg Mn/L						8						24
		mg Mg/L						0,36						1,1
		mg Zn/L						57						90
		mg Sb/L						0,57						0,44
		mg Ni/L						0,075						0,081
		mg Se/L						0,45						0,51
		mg Ca/L						0,48						0,05
		mg Cl/L						55						240
		mg/L						1,83						5,09
		mg Na/L						0,6						0,6
		mg/L						3700						3800
		mg/L						5,6						3,5

Tabela 31 - Composição analítica do lixiviado

Os valores referentes ao controle do efluente tratado encontram-se sistematizados na tabela seguinte:

Parâmetros	VLE	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
pH	6,0 a 9	6,8	7	6,5	6,9	7,1	7,4	7,6	7,8	7,8	7,3	6,6	7,4
CQO (mg/L)	150	16	5	5	5	5	5	5	5	5	5	19	5
CBO (mg/L)	40	5	5	5	5	17	5	5	5	5	5	13	5
SST (mg/L)	60	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Azoto Total (mg N/L)	15	3,3	5,1	2,9	5,7	5,4	7,9	11	8	9,9	4,5	4,17	5,7
Azoto Amoniacal	10	4	5,7	3,5	5,2	5,7	7,7	14	11	12	6,7	4,3	7,2
Nitratos	50	0,5	5,1	0,5	1,1	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	1,28	2,3	1,5
Óleos e gorduras	15	0,15	0,15	0,15	0,18	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Fósforo total	3	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,5	0,5	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Cobre total	1	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,5	0,05	0,05	0,05	0,025
Chumbo total	1	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025
Mercurio total	0,05	0,000025	0,000025	0,00037	0,00005	0,000025	0,000025	0,0013	0,00009	0,00032	0,00045	0,00058	0,00005
Crômio total	2	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025
Ferro total	2	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05
Arsênio total	1	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025
Fenóis	0,5	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05
Sulfatos	2000	2,5	13	2,5	2,5	5	2,5	38	2,5	2,5	2,5	23	2,5
Sulfuretos	1	0,025	0,025	0,025	0,065	0,025	0,44	0,025	0,025	0,025	0,025	10	0,025

Tabela 32 - Controle analítico do efluente tratado na ETAL em 2024

5.6.3.1.3. Controlo de qualidade das águas superficiais

A amostragem ao meio hídrico superficial, a montante e jusante da zona de implantação do aterro, permite avaliar o seu possível impacto ambiental sob o meio hídrico superficial. Para o efeito foram monitorizados dois pontos, um a montante e outro a jusante, do ponto de descarga das águas residuais provenientes do aterro, com uma periodicidade trimestral, de acordo com o preconizado na Licença Ambiental da instalação, cujos resultados, se enunciam:

2024	março 24		junho 24		setembro 24		dezembro 24	
Ribeiro do Vale	Montante	Jusante	Montante	Jusante	Montante	Jusante	Montante	Jusante
pH	6,5	6,6	6,4	6,4	5,9	6,8	6,1	7,1
Condutividade	46,2	65,5	58,4	67,4	88,3	359	34,9	313
Cloretos	8	10	9,2	10	15	35	11	29
Sulfatos	5	5	5	5	6,1	46	5	24
Oxigénio Dissolvido	95,4	95,5	94,6	94,6	98	92,4	100,0	50,0
Fosfatos	0,023	0,023	0,036	3,8	0,01	0,018	0,14	0,17
Nitratos	2,8	4,8	3,7	4,4	7,8	7,1	7	6,7
Azoto Amoniacal	0,05	0,5	0,062	0,13	0,065	20	0,05	19
Carbono Orgânico Total	1	1	1	1	1	9,2	1	9,3
Carência Bioquímica de Oxigénio	3	3	3	3	3	4	3	7
Carência Química de Oxigénio	5	5	5	6,1	5	28	7,6	43
Sólidos Suspensos Totais	3	3	3	3	3	41	3	4
Óleos e gorduras	0,018	0,01	0,035	0,046	0,13	0,051	0,037	0,091
Cobre	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Zinco	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Fenóis	0,007	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,009
Arsénio	0,00006	0,00032	0,00013	0,00015	0,00013	0,00215	0,00005	0,0043
Crómio Total	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,0079
Cádmio	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
Mercúrio	0,00001	0,00001	0,00001	0,00001	0,00002	0,00001	0,00001	0,00003
Chumbo	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
Níquel	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005
Potássio	0,91	1,9	1,3	2,1	2,7	19	1,3	18
Crómio VI	*	*	*	*	*	*	*	*

Tabela 33 - Resultados analíticos da monitorização das águas superficiais a montante e jusante

5.4.7. Valorização energética de biogás

Durante o ano de 2024 foi produzida na instalação, energia eléctrica, resultante da queima do biogás nos motogeradores, com origem no aterro e na digestão anaeróbia. A energia aqui produzida é vendida à rede pública.

Energia eléctrica vendida (MWh)	2023 (MWh)	2024 (MWh)	Variação (%)
Janeiro	580	524	-9,6%
Fevereiro	475	456	-3,9%
Março	637	511	-19,8%
Abril	550	462	-16,0%
Maio	527	568	7,8%
Junho	537	705	31,2%
Julho	591	670	13,3%
Agosto	611	610	-0,2%
Setembro	474	544	14,7%
Outubro	499	591	18,4%
Novembro	526	543	3,1%
Dezembro	556	519	-6,6%
Total anual	6563	6702	2,1%

Tabela 34 - Tabela comparativa da energia vendida, produzida na CVE nos anos 2023 e 2024

Em 2024 registou-se um ligeiro aumento de 2.1% face ao período homólogo.

A origem do biogás e consequente produção de energia é discriminada, por origem.

Origem da energia CVE 2024	m ³ biogás	Energia vendida (MWh)	% de biogás
Aterro sanitário	3 299 272	5 733	86,5%
CVO	514 973	969	13,5%
Total	3 814 245	6 702	100,00%

Tabela 35 - Descrição da quantidade de biogás afluente à CVE por origem e energia gerada para venda.



Figura 29 - Motogeradores

6

Gestão de Resíduos Industriais Banais

6. Gestão de Resíduos Industriais Banais

A admissão de resíduos não perigosos em aterro, no Centro Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos do Planalto Beirão – CITERPB, é efetuada de acordo com os processos de determinação da admissibilidade e critérios de admissão de resíduos em aterro do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro. Para o efeito, é disponibilizado ao produtor um formulário próprio para a identificação do produtor de resíduos, do transportador dos resíduos e para efetuar a caracterização básica dos resíduos que pretende eliminar.

O formulário referencia também as análises que são necessárias apresentar, caso sejam devidas, e fornece uma minuta de declaração de não perigosidade de resíduos. O Centro Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos do Planalto Beirão – CITERPB, recebeu e tratou, através da operação de gestão de resíduos D1- Eliminação em aterro, 19 897.24 toneladas de resíduos não perigosos, provenientes de 103 produtores e operadores de gestão de resíduos licenciados para o efeito, da área de influência da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

Resíduos não perigosos recebidos no CITERPB em 2024

Código LER	Designação	Total (Kg)
02 01 06	Fezes, urina e estrume de animais, efluentes recolhidos separadamente	5.720
02 01 99	Resíduos não anteriormente especificados	2.140
02 02 03	Materiais impróprios para consumo ou processamento	152.140
02 03 99	Resíduos não anteriormente especificados	30.680
03 01 99	Resíduos sem outras especificações	41.680
04 02 20	Lamas do tratamento local de efluentes, não abrangidas em 04 02 19	31.480
04 02 21	Resíduos de fibras têxteis não processadas	215.480
04 02 22	Resíduos de fibras têxteis processadas	8.640
07 02 99	Outros resíduos não anteriormente especificados	202.660
07 05 14	Resíduos sólidos não abrangidos e 07 05 13	251.360
10 11 03	Resíduos de materiais fibrosos à base de vidro	15.820
12 01 05	Aparas de matérias plásticas	20.600
12 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados	48.180
15 01 01	Embalagens de papel e cartão	2.880
15 01 02	Embalagens de plástico	8.080
15 01 05	Embalagens compósitas	192.420
15 01 06	Misturas de embalagens	124.540
15 02 03	Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção	1.580
16 01 19	Plástico	172.380
16 01 22	Componentes não anteriormente especificados	13.480
16 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados	95.560
16 03 06	Resíduos orgânicos não abrangidos em 16 03 05	1.800
19 08 01	Gradados	401.920
19 08 02	Resíduos de desarenamento	116.360
19 08 14	Lamas de outros tratamentos de águas residuais industriais	451.500
19 09 02	Lamas de clarificação de água	12.120
19 12 04	Plástico e borracha	667.160
19 12 07	Madeira não abrangida em 19 12 07	2.660
19 12 12	Outros resíduos do tratamento mecânico de resíduos	1.399.5520
20 01 02	Vidro	80
20 01 10	Roupas	1.316.580
20 01 11	Têxteis	80
20 01 39	Plásticos	45.260
20 03 01	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos	1.248.400
20 03 07	Monstros	300
Total Geral 2024 (kg)		19.897.240

Tabela 36 - Resíduos não perigosos recebidos no CITERPB em 2024

7

Comunicação e sensibilização ambiental

7.1. Comunicação & Sensibilização Ambiental

Fruto do trabalho desenvolvido nas últimas décadas, a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) é hoje uma referência na região, no que respeita ao sector ambiental.

A AMRPB tem uma imagem perfeitamente consolidada enquanto entidade gestora de resíduos, prestando um serviço de reconhecida qualidade e marcando a sua presença na comunidade enquanto agente sensibilizador e dinamizador da causa ambiental.

De modo a garantir esta presença constante no seio da comunidade, anualmente são executadas diversas ações de comunicação, de modo a reforçar a nossa relevância na região e alavancar o crescimento sustentável, através da transição para uma economia tendencialmente circular.

Neste ponto, serão apresentadas as diferentes ações desenvolvidas neste âmbito, durante o ano de 2024.

7.1.1. Rebranding e nova logomarca da AMRPB

No mês de Julho, num evento marcado pela vista da Sra. Ministra do Ambiente ao Centro de Tratamento de resíduos Urbanos do Planalto Beirão, foi apresentada a nova marca da AMRPB.

Substituindo um conceito que contava com mais de duas décadas, a nova identidade gráfica foi publicamente apresentada e representa toda uma nova linha de comunicação gráfica, mais atual e dinâmica, perfeitamente enquadrada com o propósito e os valores preconizados por esta instituição.



Figura 30 - Rebranding AMRPB

7.1.2. Boletim Informativo

O Boletim Informativo da AMRPB continua a ser o nosso órgão de divulgação e comunicação escrita por excelência, mantendo a linha editorial que presidiu à sua criação. Tem como objectivo divulgar a atividade da AMRPB junto da comunidade e sensibilizar para as questões associadas à correta gestão de resíduos.

Com uma tiragem de 1.000 exemplares, esta publicação é enviada para Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e Escolas dos 19 municípios associados, bem como para entidades e empresas a operar no sector dos resíduos.

7.1.3. Visitas de Estudo

Durante o ano de 2024, visitaram o Centro de Tratamento de RSU em Tondela, mais de 1.200 alunos, provenientes de escolas da região.

Dando continuidade a uma atividade realizada desde a abertura desta unidade em 1999, recebemos nas nossas instalações inúmeras visitas de estudo, constituídas por alunos de todos os níveis de ensino.



Figura 31 - Visita de alunos ao CTRSU do Planalto Beirão.

Sendo na sua maioria visitantes residentes nos 19 municípios associados, houve também visitantes de fora da área de abrangência da AMRPB, inclusive alguns alunos estrangeiros de programas de intercâmbio estudantil, que vieram conhecer a nossa realidade ao nível do tratamento e valorização de resíduos.

As visitas de estudo são adaptadas aos níveis etários dos visitantes e constituídas por uma sessão em auditório, seguida de visita física às instalações, devidamente acompanhada por técnicos responsáveis.

Visitantes por nível de ensino

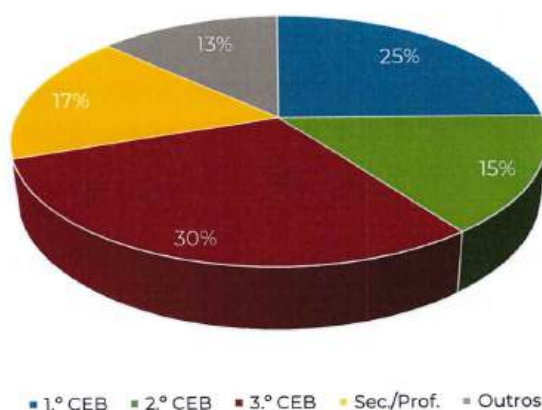


Grafico 12 - Visitantes por nível de ensino.

Além das visitas por parte de escolas e outras instituições ligadas à formação, recebemos ainda várias visitas de autarcas e técnicos dos municípios associados, que contribuíram para um estreitar de relações e partilha de experiências entre todos os envolvidos.



Figura 32 - Visita de autarcas e técnicos do município de Viseu

7.1.4. Iniciativa “Plante uma árvore com o Planalto Beirão”

A segunda edição da campanha “Plante uma Árvore com o Planalto Beirão”, decorreu nos meses de Fevereiro e Março, com o objectivo fomentar a reflorestação de um território fortemente afetado pelos incêndios florestais de um passado recente.

Através desta campanha, a AMRPB doou mais de 7.000 árvores autóctones a cidadãos e instituições dos 19 municípios que integram a sua área de abrangência, contribuindo assim para um Planalto Beirão mais verde.



Figura 33 - Cartaz de publicitação da iniciativa “Plante uma Árvore com o Planalto Beirão”, 2024.



Handwritten signature in blue ink.

Figura 34 - Entrega de árvores

7.1.5. Dia Mundial do Ambiente

Para assinalar o dia mundial do ambiente, foram realizadas duas atividades no nosso Centro de Tratamento.

No período da manhã, tivemos uma emissão em direto das nossas instalações, por parte da Rádio Regional do Centro, que aproveitou a data para abordar o tema e quis contar com a nossa colaboração enquanto entidade com responsabilidades no sector. Durante o programa foram entrevistados o Presidente do Conselho de Administração da AMRPB e da Ecobeirão e discutidas abordagens e estratégias de futuro para o ambiente na nossa região. Neste dia recebemos também nas nossas instalações, cerca de 200 alunos do programa Eco-Escolas do Município de Gouveia. Esta ação, permitiu a estes alunos já envolvidas nestas questões, conhecerem mais de perto a realidade do tratamento e valorização de resíduos, complementando assim as atividades já desenvolvidas em contexto escolar.



Figura 35 e 36 - Emissão Rádio Regional do Centro a partir do CTRSU.



Figura 37 - Visita de alunos do clube Eco-Escolas de Gouveia

7.1.6. Redes Sociais

Acompanhando uma tendência cada vez mais notória do ascendente das redes sociais sobre os meios de comunicação tradicionais, reforçamos a nossa aposta nestes canais de comunicação, através de publicações mais frequentes e diversificadas.

A alternância entre publicações de caráter técnico, com outras de cariz lúdico e pedagógico permitiu atingir mais pessoas e de diferentes grupos demográficos.

Os números face ao ano anterior falam por si:

- Aumento de seguidores – 28%
- Aumento de visitantes – 55%
- Aumento de alcance das publicações – 52%
- Aumento das interações – 230%



Figura 38 - Publicação redes sociais

7.1.7. Concurso montras ecológicas

A 4.ª edição do “Concurso de Montras Ecológicas” realizada nos meses de novembro e dezembro, contou mais uma vez com a participação de inúmeros estabelecimentos comerciais dos municípios associados. Tendo como objetivo premiar montras de Natal, realizadas através da utilização de material reutilizados ou reciclados, o concurso permitiu novamente divulgar excelentes trabalhos de criatividade e sensibilizar para a reutilização.

A fase de seleção, feita através de votação do público na nossa página do Facebook, definiu os finalistas, que foram depois avaliados pelo júri da AMRPB para definir as três montras vencedoras.



Figura 39 - Cartaz Concurso de Montras Ecológicas 2024



Figura 40 - Montra Ecológica Vencedora do Concurso

7.1.8. Eventos de relevância

No dia 18 de Julho de 2024, numa sessão presidida pela Sra. Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, foi feita a apresentação pública “Investimento de 32 Milhões de Euros no Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos da AMRPB”.

Neste evento de apresentação pública de resultados e indicadores de desempenho, foram ainda inauguradas duas novas unidades industriais: a Central de produção de combustíveis derivados de resíduos (CDR), e a Central de compostagem e afinação de biorresíduos.

A primeira unidade, com capacidade instalada para processar até 50.000 toneladas/ano de CDR, permite a valorização energética destes resíduos a partir da trituração e secagem da fração resto de tratamento de resíduos, reduzindo as quantidades confinadas em aterro.

Este processo permite ainda reduzir a emissão gases com efeito de estufa e contribui para a diminuição do valor da taxa de gestão de resíduos a pagar pelo SGRU.

A segunda unidade , permite aumentar a capacidade de tratamento de biorresíduos através da compostagem e afinação de resíduos urbanos biodegradáveis, em prol de uma economia tendencialmente mais circular.



Figuras 41 e 42 - Sessão solene e Inauguração da Unidade de Produção de CDR

A 11 de setembro, o Conselho Executivo da Associação de Municípios reuniu com o Secretário de Estado do Ambiente, Dr. Emídio Sousa e com o Secretário-geral do Fundo Ambiental, Dr. Marco Rebelo.

A reunião teve por base a execução física e financeira de um conjunto de investimentos relacionados com o "Plano Estratégico 2030" para a gestão de resíduos urbanos na área de influência dos municípios associados, bem como, o aumento da resiliência e da capacidade instalada do Sistema de abastecimento e distribuição de água da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.



Figura 43 - Reunião com o Secretário de Estado do Ambiente

Durante os dias 12 e 13 de setembro, a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão participou em duas ações de reconhecida importância, ao nível da sustentabilidade da ilha do Sal, em Cabo Verde. A AMRPB participou numa sessão presidida pelo Primeiro Ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva, onde foi debatida a sustentabilidade económica, social e ambiental, em que a gestão de resíduos urbanos foi amplamente circunscrita como um dos maiores desafios que os agentes locais terão pela frente.

Em prol de um compromisso que abrange vários setores de atividade foi assinado o "Pacto de Sustentabilidade para o Setor do Turismo", que agrega cerca de 40 parceiros de relevo.

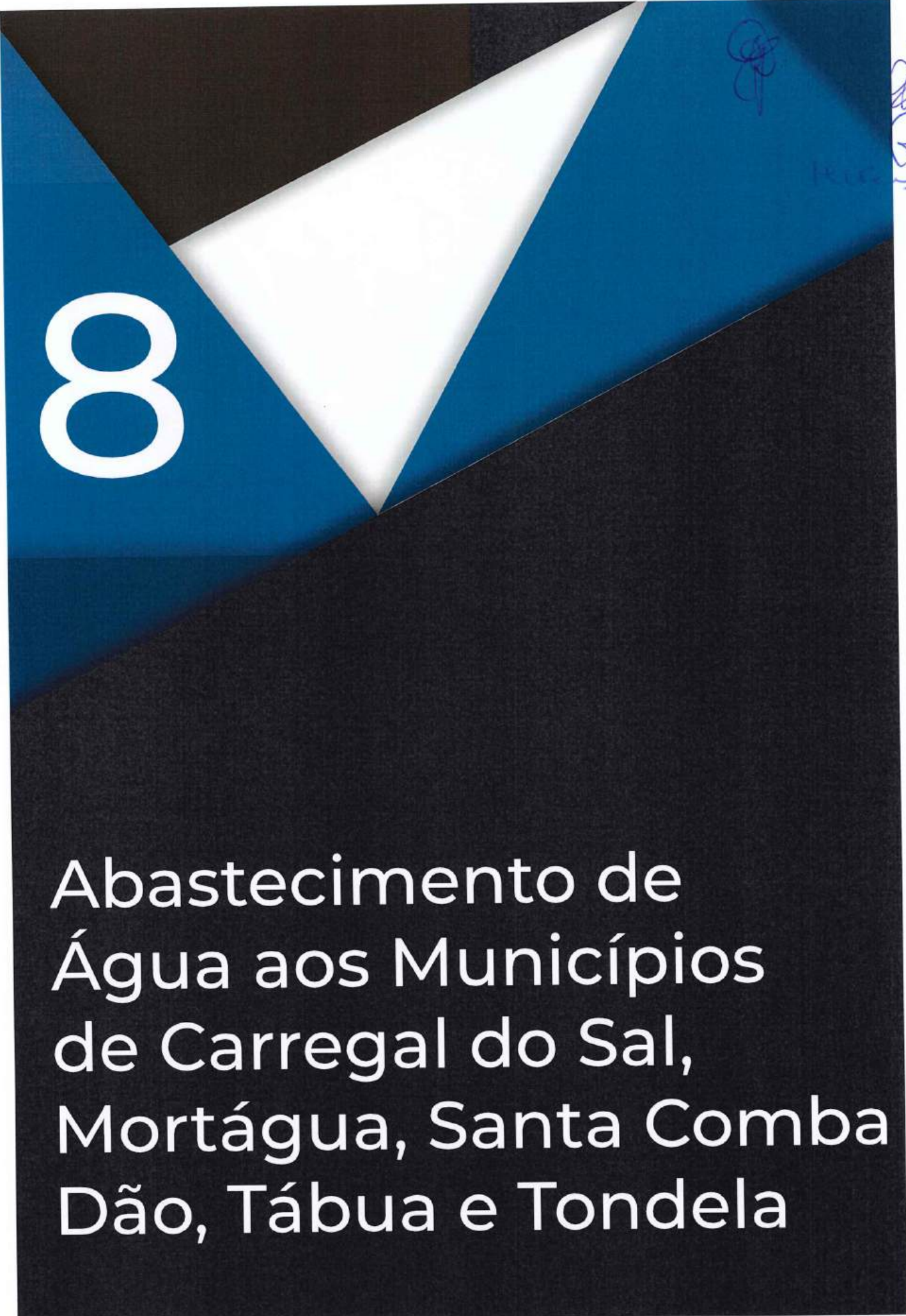
No dia 13 de setembro, na presença da Ministra da Coesão territorial de Cabo Verde, Janine Lélos, e do Ministro do Turismo Carlos Santos, assinalou-se a conclusão de um acordo de colaboração, que foi assinado no passado dia 24 de abril de 2024, entre a AMRPB, a Câmara municipal de Tábua (geminada com a Câmara municipal do Sal), a Câmara municipal do Sal e a empresa Prezero Portugal. Este acordo visou a entrega por doação, de uma viatura pesada de recolha e transporte de resíduos, ao município do Sal.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Figuras 44 e 45 - Visita à ilha do Sal, Cabo Verde e entrega de viatura



8

Abastecimento de
Água aos Municípios
de Carregal do Sal,
Mortágua, Santa Comba
Dão, Tábua e Tondela

O abastecimento e distribuição de água aos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela é assegurado através da concessão daquele serviço público, pela AMRPB, à empresa Águas do Planalto, SA (grupo AQUAPOR).

8.1. Aspetos técnicos

8.1.1. Volume de água captada

A Concessionária captou um volume de 3.460.818m³.

Volume de água captada

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	TOTAL
Volume de água captada	272 959	256 750	270 577	275 307	272 873	308 046	328 045	338 311	287 090	240 078	281 946	328 836	3 460 818



A Concessionária obtém praticamente a totalidade da água distribuída das captações existentes. Somente para o abastecimento da localidade de Venda da Esperança (Tábua) é necessário comprar água ao município de Oliveira do Hospital (APdSE).

8.1.2. Volume de água faturada

Volume de água faturada

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	TOTAL
Volume de água faturada	207 729	218 295	200 711	211 427	231 776	263 721	254 301	291 315	322 800	271 640	244 920	220 725	2 939 360



8.1.3. Detalhe do Volume de água faturada

Os Utilizadores Domésticos têm um peso de 89,3% no conjunto total de contratos existentes, e um peso de 70,3% no volume de água vendido.

Tipo de Cliente

	Volume Vendido (m3)	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)	Consumo Médio Mensal (m3)
Domestico	2 067 588	70,3%	2 822 456 €	33 142	89,3%	5,2
CM e JF	197 377	6,7%	533 969 €	870	2,3%	18,9
Comercio e industria	467 427	15,9%	1 004 412 €	2 202	5,9%	17,7
Serviços	12 534	0,4%	26 919 €	37	0,1%	28,2
Não domesticos	29 054	1,0%	62 407 €	379	1,0%	6,4
Obras	31 571	1,1%	59 878 €	349	0,9%	7,5
Tarifa Social	3 487	0,1%	10 896 €	62	0,2%	4,7
IPSS	84 039	2,9%	162 374 €	71	0,2%	98,6
Am Alta	46 283	1,6%	41 871 €	2	0,0%	1 928,5
Total	2 939 360		4 725 183 €	37 114		6,6

O concelho de Tondela apresenta o maior peso relativo no volume faturado e do numero de utilizadores.
O Concelho de Mortágua apresenta o índice de "consumo médio" mais elevado da área de concessão.

Distribuição Geográfica do Consumo

	Volume Vendido (m3)	Peso no volume vendido (%)	Valor da Venda (€)	Nº de Clientes	Peso de Clientes (%)	Consumo Médio Mensal (m3)
Carregal do Sal	414 077	14,1%	634 831 €	5 918	15,9%	5,83
Mortágua	643 084	21,9%	1 118 758 €	5 467	14,7%	9,80
Santa Comba Dão	499 245	17,0%	778 160 €	6 491	17,5%	6,41
Tábua	454 389	15,5%	723 187 €	6 590	17,8%	5,75
Tondela	928 565	31,6%	1 470 246 €	12 648	34,1%	6,12
Total	2 939 360		4 725 183 €	37 114		6,60

8.1.4. Nível de água não faturada

No ano 2024 registámos uma redução de 1,0 p.p. no indicador "% água não faturada".

Volume de Água (m3)

	2022	2023	2024	Var. %
Água Tratada (captada+comprada)	3 468 287	3 475 293	3 479 210	0,1%
Água Vendida	2 911 547	2 902 961	2 939 360	1,3%
ÁGUA NÃO FATURADA %	16,1%	16,5%	15,5%	-1,0 p.p.

No gráfico abaixo podemos observar a evolução da "% de água faturada".



8.1.5. Número de utilizadores

A Concessionária registou um crescimento de 1,3% no n.º de Utilizadores, mais 470 utilizadores, face ao ano anterior.

Utilizadores

	2022	2023	2024	Var. %
Total de Utilizadores	36 065	36 644	37 114	1,3%



8.1.6. Número de ramais executados

A Concessionária faturou 155 ramais domiciliários.

Ramais domiciliários executados

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	TOTAL
N.º de ramais executados	12	8	15	10	19	22	12	13	12	14	11	7	155



8.1.7. Interrupções acidentais de fornecimento

Registámos 1.271 interrupções de fornecimento acidentais. O Município de Tábua mantém-se como o local de maior índice de ocorrências, representando 33% das reparações.

Roturas 2024

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	Total	Peso
Carregal do Sal	7	7	7	14	7	12	14	15	23	13	9	10	138	11%
Mortágua	16	15	9	20	27	27	33	45	29	27	27	18	293	23%
Santa Comba Dão	12	8	7	13	12	14	13	13	12	22	20	8	154	12%
Tábua	18	20	16	24	27	53	68	75	55	21	20	19	416	33%
Tondela	10	20	8	18	15	23	30	35	43	33	20	15	270	21%
Total	63	70	47	89	88	129	158	183	162	116	96	70	1 271	

Tipo de Roturas

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	Total	Peso
Rede	34	32	27	52	57	79	87	114	79	66	52	35	714	56%
Ramais	29	38	20	37	31	50	71	69	83	50	44	35	557	44%
Total	63	70	47	89	88	129	158	183	162	116	96	70	1 271	



8.1.8. Evolução da Qualidade da Água Distribuída

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água em conformidade com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro. Por força do Decreto-Lei n.º 69/2023 de 21 de agosto, a Águas do Planalto teve que passar a incluir o PCQA de Carapinha e Meda de Mouros no concelho de Tábua e de fontanários da Serra do Caramulo e Caramulo no concelho de Tondela.

No ano 2024 registámos 240 incumprimentos paramétricos, todos concentrados na Zona de Abastecimento – Fontanários do Caramulo.

Controlo analítico - % água segura

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	TOTAL
Analises de água realizadas	308	706	835	443	177	150	286	1 033	254	297	283	232	5 004
Análise de água conforme	302	663	814	438	167	129	279	987	243	264	270	208	4 764
% de água segura	98,1%	93,9%	97,5%	98,9%	94,4%	86,0%	97,6%	95,5%	95,7%	88,9%	95,4%	89,7%	95,2%



A água fornecida a partir da Barragem do Paúl e outras captações locais, não registaram qualquer incumprimento.

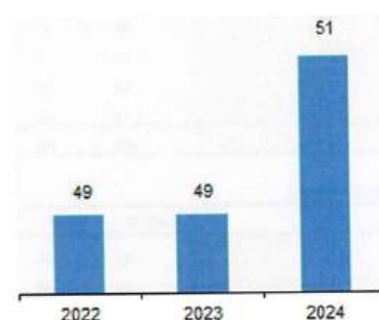
8.1.9. Caracterização dos Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2024 a empresa tinha 51 colaboradores.

Colaboradores

	2022	2023	2024
N.º de Colaboradores	49	49	51

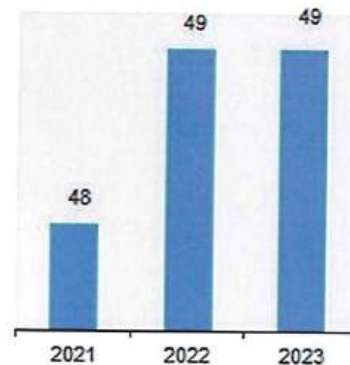
Evolução n.º Colaboradores



Colaboradores

	2021	2022	2023	Var. %
N.º de Colaboradores	48	49	49	0%

Evolução n.º Colaboradores

**8.2. Aspetos Financeiros**

No ano 2024 a Concessionária obteve um Volume de Negócios de 8.505.958€.

Vendas e Prestações de Serviços

	2023	2024	Var. %
Venda de Água	4 550 034 €	4 725 183 €	3,8%
Taxa de Disponibilidade	3 258 142 €	3 404 815 €	4,5%
Total Vendas Variável + Fixa	7 808 176 €	8 129 997 €	4,1%
Ramais (Abertura)	64 192 €	81 622 €	27,2%
Outros Serviços	279 552 €	294 339 €	5,3%
Total das Prestações de Serviços	343 744 €	375 961 €	9,4%
Total de Volume de Negócios	8 151 920 €	8 505 958 €	4,3%

9

Demonstrações Financeiras

Demonstrações Orçamentais

Orçamento 2024

O Orçamento inicial para o ano de 2024 da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) teve um valor de 32.644.568,00€.

Alterações ao Orçamento de 2024

Durante o decorrer deste ano, foram necessárias 4 alterações ao orçamento e apenas uma revisão, que serviu para introdução de saldos da gerência anterior.

Execução Orçamental

A taxa de execução das receitas correntes terminou com um valor aproximadamente de 54%.

Demonstração de Execução Orçamental da Receita 2024

Rubrica	Descrição	Receitas cobradas 2024
040201	Juros de mora	7.294,81€
050201	Bancos e outras instituições	18,66€
05109902	Concessão Águas Planalto	108.626,74€
06050101	Recolha de resíduos sólidos	8.136.307,77€
06050102	Tratamento de resíduos	10.246.525,57€
06050103	Quotização	482.534,62€
07010801	Venda de bens e serviços correntes	24.919,51€
08019999	Diversas	8.625,16€
100307	Estado- Particip. comunitárias	3.138.640,72€
10050104	Municípios	932.700,55€
	Total da receita	23.086.194,11€

O valor das transferências correntes refere-se aos montantes que a AMRPB recebeu de recolha de RSU, tratamento de resíduos, taxa de gestão de resíduos e quotização, durante o ano 2024.

O valor de transferências – municípios diz respeito ao valor da comparticipação, referente aos investimentos realizados na Ecobeirão, EIM, SA nos seguintes projetos: Adaptação da linha de TM da unidade de TMB e construção de parque de compostagem no CTRSU de Tondela para valorização da recolha seletiva de biorresíduos e a Implementação de uma linha de preparação de Combustível Derivado de Resíduos a partir da trituração e secagem da fração resto do SGRU da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa 2024



Rubrica	Descrição	Despesas 2024
010103	Despesas com o pessoal	104.987,58€
020108	Material de escritório	853,52€
02011601	Água	108.131,56€
020118	Livros e documentação técnica	125,00€
020203	Conservação de bens	69,30€
020212	Seguros	132.252,59€
020213	Deslocações e estadas	5.964,74€
020214	Estudos, pareceres, consultadoria	288.994,35€
02022501	Recolha de resíduos sólidos	9.947.111,30€
02022502	Tratamento de resíduos	9.585.476,69€
02022503	Campanhas de sensibilização	50.703,24€
02022504	Outros	10.146,49€
030306	Material de informática	92,18€
04050102	Freguesias	277.264,28€
06020302	Iva Pago	10.860,91€
07010411	Infraestruturas tratamento resíduos	45.622,94€
08050108	Transferências de capital	1.198.394,95€
	Total da despesa	21.767.051,62€

O valor de aquisição de bens e serviços reflete os pagamentos relacionados com recolha de RSU, tratamento de resíduos, taxa de gestão de resíduos, consultadoria, entre outras despesas correntes.

As transferências de capital dizem respeito ao montante que a AMRPB transferiu para a Ecobeirão EIM, SA respeitante ao valor não participado nos projetos Adaptação da linha de TM da unidade de TMB e construção de parque de compostagem no CTRSU de Tondela para valorização da recolha seletiva de biorresíduos e a Implementação de uma linha de preparação de Combustível Derivado de Resíduos a partir da trituração e secagem da fração resto do SGRU da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimento

Em 2024, as obras de beneficiação da ETA de Mortágua e da ETA de Tábua não se iniciaram. Do valor inicial da construção do Ecocentro de Mangualde, foram executados 45.622,94€ dos 568.799,00€ previstos.

Demonstrações Financeiras

1 - Balanço

O valor do balanço de 2024 tem um valor de 49.033.001,50€.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Rubricas	2024	2023
Ativo não corrente	39.562.487,17€	45.250.489,75€
Ativo corrente	9.470.514,33€	8.616.567,44€
Total ativo	49.033.001,50€	53.867.057,19€

Rubricas	2024	2023
Património Líquido	34.911.142,85 €	39.764.881,40€
Passivo não corrente	5.349.446,42€	3.402.322,06€
Passivo corrente	8.772.412,23€	10.699.853,73€
Total Património e Passivo	49.033.001,50€	53.867.057,19€

Ativo

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão terminou o ano tendo em saldos bancários o valor de 2.390.823,26€ em depósitos à ordem e 255.000,00€ em outros depósitos.

A rubrica de clientes, contribuintes e utentes diz principalmente respeito, ao valor a ser transferido dos municípios associados para a AMRPB.

Cientes	2024	2023
Valor a receber dos municípios	6.613.079,16€	6.829.330,45€
Valor a receber - outros	137.174,62€	128.874,11€

A AMRPB tem uma participação financeira na Ecobeirão, EIM, SA, como mostra o quadro seguinte:

Entidade	Morada	Capital social	Participação %	Participação €
Ecobeirão, EIM, SA	Vale da Margunda	50.000,00€	72%	36.000,00€

A rubrica de Outras Contas a Receber com o valor de 41.000,00€, diz respeito a garantias entregues à Agência Portuguesa do Ambiente.

A rubrica de Ativos fixos tangíveis termina o ano com um valor de 38.793.687,17€.

Passivo

O valor de 8.772.412,23€ do passivo corrente refere-se a:

Passivo corrente	2024	2023
Fornecedores	7.379.865,15€	8.091.605,18€
Estado e outros entes públicos	5.827,34€	240,23€
Outras contas a pagar	833.844,10€	2.055.132,68€
Diferimentos (até 12 meses)	552.875,64€	552.875,64€
Total	8.772.412,23€	10.699.853,73€

Demonstração de Resultados

Durante o ano de 2024, a AMRPB teve de rendimentos um valor de 24.933.346,10€ e em gastos um valor de 25.391.896,87€.

Rendimentos

O valor de rendimentos está dividido em:

Vendas com um valor 18.985.875,40€, engloba todas as transferências que os municípios fizeram referentes a recolha de RSU e tratamento de resíduos.

Prestações de serviços e concessões com o valor de 279.750,64€ refere-se à concessão com Ecobeirão, EIM, SA.

Outros rendimentos com um valor de 5.561.784,09€.

Este valor está diretamente relacionado, com o montante a reconhecer ao longo dos anos dos investimentos efetuados e com a quotização anual, cobrada aos municípios associados.

Juros e rendimentos similares obtido com valor de 105.935,97€, diz respeito, principalmente, ao valor de notas de débito de juros, pelo atraso no pagamento nas transferência de recolha e tratamento de resíduos.

Gastos

O valor de gastos está repartido da seguinte forma:

Fornecimento e serviços externos com o valor de 19.329.804,39€.

Nesta rubrica estão incluídas, principalmente, todas as despesas relativas à atividade de recolha e tratamento de RSU, seguros, conservação e reparação, campanhas de sensibilização e honorários.

Gastos com pessoal teve um valor de 110.716,91€.

A rubrica de Outros gastos terminou com o valor de 193.595,16€ e que engloba, principalmente, as transferências efetuadas no âmbito do protocolo com a Junta de Freguesia de Barreiro de Besteiros e Tourigo.

Gastos/reversões de depreciação e amortização tem um valor de 5.757.780,41€.

Na sequência do exposto, a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão apresentou um resultado líquido de -458.550,77€ no ano de 2024.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido -458.550,77€, seja transferido para uma conta de Resultados Transitados.

Fluxos de Caixa

Os fluxos de caixa referentes ao ano de 2024 estão repartidos da seguinte forma:

Recebimentos

Valor proveniente de fluxos de caixa das atividades operacionais: 18.906.207,44€

Valor proveniente de fluxos de caixa das atividades de investimento: 4.179.986,67€

Pagamentos

Valor proveniente de fluxos de caixa das atividades operacionais: 21.767.051,62€

Apresta-se um mapa resumo:

Saldo da gerência anterior	1.071.680,77€
Recebimentos	
Recebimentos de clientes	18.906.207,44€
Ativos fixos tangíveis	108.626,74€
Subsídios ao investimento	3.138.640,72€
Transferências de capital	932.700,55€
Juros e rendimentos similares	18,66€
Total de recebimentos	23.086.194,11€
Pagamentos	
Pagamento a fornecedores	21.662.064,04€
Pagamentos a pessoal	104.987,58€
Total de pagamentos	21.767.051,62€
Saldo para a gerência seguinte	2.390.823,26€

A Ecobeirão EIM, SA teve, no ano de 2023, dois investimentos:

Adaptação da linha de TM da unidade de TMB e construção de parque de compostagem no CTRSU de Tondela para valorização da recolha seletiva de biorresíduos com o valor de 4.184.214€ e a Implementação de uma linha de preparação de combustível Derivado de Resíduos a partir da trituração e secagem da fração resto do SGRU da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão no valor aproximado de 10.422.199€.

A AMRPB foi intermediária em todo o processo, uma vez que foi através dela que os municípios transferiram a comparticipação dos valores não comparticipados pelo POSEUR.

A AMRPB, da comparticipação aos municípios referente aos 2 projetos, solicitou um valor de 2.613.394,95€ aos 19 municípios que a compõem.

No ano de 2023 o valor entregue pela AMRPB à Ecobeirão foi de 1.415.000,00€ e no ano de 2024 foram entregues os restantes 1.198.394,95€.

9

Anexos

Índice de Anexos

Balanço	90
Demonstração de Resultados	92
Fluxos de Caixa	93
Demonstração de Alteração no Patrimônio Líquido	95
Demonstração de Desempenho Orçamental	96
DEO Receita	98
DEO Despesa	99
Execução do PPI	103
Anexo às demonstrações financeiras	104
Certificação Legal de Contas	112

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Balço em 31 de Dezembro de 2024

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2	38.793.687,17	44.481.689,75
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras	3	36.000,00	36.000,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros	4	732.800,00	732.800,00
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		39.562.487,17	45.250.489,75
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	5	6.750.253,78	6.958.204,56
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	6	41.000,00	396.682,11
Diferimentos	7	33.437,29	
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	8	2.645.823,26	1.261.680,77
		9.470.514,33	8.616.567,44
Total do Ativo		49.033.001,50	53.867.057,19
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	9	20.254.451,41	20.254.451,41
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	10	5.650.881,90	5.650.881,90
Resultados transitados	11	-18.758.517,80	-18.163.389,22
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido	12	28.222.878,11	32.633.832,63
Resultado líquido do período		-458.550,77	-610.895,32
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		34.911.142,85	39.764.881,40

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Balço em 31 de Dezembro de 2024

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	7	5.292.722,59	3.345.598,23
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar	13	56.723,83	56.723,83
		5.349.446,42	3.402.322,06
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores	14	7.379.865,15	8.091.605,18
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	15	5.827,34	240,23
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar	13	833.844,10	2.055.132,68
Diferimentos	7	552.875,64	552.875,64
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		8.772.412,23	10.699.853,73
Total do Passivo		14.121.858,65	14.102.175,79
Total do Património Líquido e Passivo		49.033.001,50	53.867.057,19

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

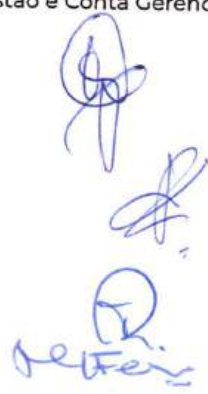
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2024

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2024	31/12/2023
Impostos, contribuições e taxas	16	18.985.875,40	15.976.541,53
Vendas		279.750,64	279.750,64
Prestações de serviços e concessões			
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre			
Transferências e subsídios correntes obtidos			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários tr	17	-19.329.804,39	-16.289.262,80
Fornecimentos e serviços externos	18	-110.716,91	-78.448,13
Gastos com pessoal			
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões			
Aumentos/reduções de justo valor	19	5.561.784,09	5.540.638,57
Outros rendimentos	20	-193.595,16	-282.456,68
Outros gastos		5.193.293,67	5.146.763,13
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			
Gastos/reversões de depreciação e amortização	21	-5.757.780,41	-5.757.780,41
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-564.486,74	-611.017,28
Juros e rendimentos similares obtidos	22	105.935,97	121,96
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-458.550,77	-610.895,32
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		-458.550,77	-610.895,32
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		-458.550,77	-610.895,32

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão			
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2024			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		18.906.207,44	16.088.291,10
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes			
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-21.662.064,04	-16.823.363,84
Pagamentos ao pessoal		-104.987,58	-78.343,52
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios			
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		-2.860.844,18	-813.416,26
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos			
Outros pagamentos			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-2.860.844,18	-813.416,26
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			-128.975,00
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		108.626,74	105.802,27
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		3.138.640,72	95.185,93
Transferências de capital		932.700,55	1.435.308,89
Juros e rendimentos similares		18,66	121,96
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		4.179.986,67	1.507.444,05
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1.319.142,49	694.027,79
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.261.680,77	567.652,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.645.823,26	1.261.680,77
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.261.680,77	567.652,98
- Equivalentes a caixa no início do período		-190.000,00	-190.000,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		1.071.680,77	377.652,98
De execução orçamental		1.071.680,77	377.652,98

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão			
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2024			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.645.823,26	1.261.680,77
- Equivalentes a caixa no fim do período		-255.000,00	-190.000,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		2.390.823,26	1.071.680,77
De execução orçamental		2.390.823,26	1.071.680,77
De operações de tesouraria			



Demonstração das Alterações no Patrimônio Líquido

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Descrição	Notas	Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transfidos	Ajusta- mentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Reva- lorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	20.254.451,41	0,00	0,00	0,00	5.650.881,90	-18.163.389,22	0,00	0,00	32.633.832,63	-610.895,32	39.764.881,40	0,00	39.764.881,40
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.410.954,52	0,00	-4.410.954,52	0,00	-4.410.954,52
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-610.895,32	0,00	0,00	0,00	610.895,32	0,00	0,00	0,00
(2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-610.895,32	0,00	0,00	-4.410.954,52	610.895,32	-4.410.954,52	0,00	-4.410.954,52
(3)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-458.550,77	-458.550,77	0,00	-458.550,77
(4)=(2)+(3)							0,00	0,00	0,00	0,00	152.344,55	-4.869.505,29	0,00	-4.869.505,29
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.766,74	0,00	0,00	0,00	0,00	15.766,74	0,00	15.766,74
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.766,74	0,00	0,00	0,00	0,00	15.766,74	0,00	15.766,74
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	20.254.451,41	0,00	0,00	0,00	5.650.881,90	-18.758.517,80	0,00	0,00	28.222.878,11	-458.550,77	34.911.142,85	0,00	34.911.142,85

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão								
Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2024								Valores em €
RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)	
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL		
Saldo da gerência anterior	1.071.680,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.071.680,77	377.652,98	
Operações Orçamentais [1]	1.071.680,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.071.680,77	377.652,98	
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita corrente	19.014.852,84	0,00	0,00	0,00	0,00	19.014.852,84	16.194.215,33	
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.1 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3 Taxas, multas e outras penalidades	7.294,81	0,00	0,00	0,00	0,00	7.294,81	121,56	
R4 Rendimentos de propriedade	108.645,40	0,00	0,00	0,00	0,00	108.645,40	105.802,67	
R5 Transferências e subsídios correntes	18.865.367,96	0,00	0,00	0,00	0,00	18.865.367,96	16.059.260,19	
R5.1 Transferências correntes	18.865.367,96	0,00	0,00	0,00	0,00	18.865.367,96	16.059.260,19	
R5.1.1 Administrações Públicas	18.865.367,96	0,00	0,00	0,00	0,00	18.865.367,96	16.059.260,19	
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.5 Administração Local	18.865.367,96	0,00	0,00	0,00	0,00	18.865.367,96	16.059.260,19	
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6 Venda de bens e serviços	24.919,51	0,00	0,00	0,00	0,00	24.919,51	29.030,91	
R7 Outras receitas correntes	8.625,16	0,00	0,00	0,00	0,00	8.625,16	0,00	
Receita de capital	932.700,55	0,00	3.138.640,72	0,00	0,00	4.071.341,27	1.530.494,82	
R8 Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9 Transferências e subsídios de capital	932.700,55	0,00	3.138.640,72	0,00	0,00	4.071.341,27	1.530.494,82	
R9.1 Transferências de capital	932.700,55	0,00	3.138.640,72	0,00	0,00	4.071.341,27	1.530.494,82	
R9.1.1 Administrações Públicas	932.700,55	0,00	3.138.640,72	0,00	0,00	4.071.341,27	1.530.494,82	
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	3.138.640,72	0,00	0,00	3.138.640,72	95.185,93	
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.5 Administração Local	932.700,55	0,00	0,00	0,00	0,00	932.700,55	1.435.308,89	
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita efetiva [2]	19.947.553,38	0,00	3.138.640,72	0,00	0,00	23.086.194,11	17.724.710,15	
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	21.019.234,16	0,00	3.138.640,72	0,00	0,00	24.157.874,88	18.102.363,13	
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2024

Valores em €

RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	20.457.878,50	0,00	65.155,43	0,00	0,00	20.523.033,73	15.115.854,23
D1 Despesas com o pessoal	104.957,58	0,00	0,00	0,00	0,00	104.957,58	78.737,12
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	84.935,64	0,00	0,00	0,00	0,00	84.935,64	62.506,82
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	556,60	0,00	0,00	0,00	0,00	556,60	393,60
D1.3 Segurança Social	19.494,34	0,00	0,00	0,00	0,00	19.494,34	15.836,70
D2 Aquisição de bens e serviços	20.964.573,35	0,00	65.155,43	0,00	0,00	20.129.828,78	14.528.500,82
D3 Juros e outros encargos	92,16	0,00	0,00	0,00	0,00	92,16	0,00
D4 Transferências e subsídios correntes	277.254,28	0,00	0,00	0,00	0,00	277.254,28	198.000,00
D4.1 Transferências correntes	277.254,28	0,00	0,00	0,00	0,00	277.254,28	198.000,00
D4.1.1 Administrações Públicas	277.254,28	0,00	0,00	0,00	0,00	277.254,28	198.000,00
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	277.254,28	0,00	0,00	0,00	0,00	277.254,28	198.000,00
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5 Outras despesas correntes	10.860,91	0,00	0,00	0,00	0,00	10.860,91	10.556,29
Despesa de capital	1.244.017,89	0,00	0,00	0,00	0,00	1.244.017,89	1.914.788,13
D6 Aquisição de bens de capital	45.522,94	0,00	0,00	0,00	0,00	45.522,94	499.788,13
D7 Transferência e subsídios de capital	1.198.394,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.394,95	1.415.000,00
D7.1 Transferências de capital	1.198.394,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.394,95	1.415.000,00
D7.1.1 Administrações Públicas	1.198.394,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.394,95	1.415.000,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	1.198.394,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.394,95	1.415.000,00
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	21.701.896,19	0,00	65.155,43	0,00	0,00	21.767.051,62	17.030.682,36
Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [7]=[5]+[6]	21.701.896,19	0,00	65.155,43	0,00	0,00	21.767.051,62	17.030.682,36
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo para a gerência seguinte	-682.562,08	0,00	3.073.485,29	0,00	0,00	2.390.923,26	1.071.680,77
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	-682.562,08	0,00	3.073.485,29	0,00	0,00	2.390.923,26	1.071.680,77
Operações de tesouraria [D] = [A]-[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo global [2] - [5]	-1.754.342,80	0,00	3.073.485,29	0,00	0,00	1.319.142,49	694.027,79
Despesa primária	21.701.904,01	0,00	65.155,43	0,00	0,00	21.766.959,44	17.030.682,36
Saldo corrente	-1.443.025,46	0,00	-65.155,43	0,00	0,00	-1.508.180,89	1.078.321,10
Saldo de capital	-311.317,34	0,00	3.138.640,72	0,00	0,00	2.827.323,38	-364.258,31
Saldo primário	-1.754.250,62	0,00	3.073.485,29	0,00	0,00	1.319.234,67	694.027,79
Receita total [1] + [2] + [3]	21.919.234,16	0,00	3.138.640,72	0,00	0,00	24.157.874,88	18.102.363,15
Despesa total [5] + [6]	21.701.896,19	0,00	65.155,43	0,00	0,00	21.767.051,62	17.030.682,36

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2024

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

(designação da autarquia local)

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental		
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		Total	Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente														
04	Taxas, multas e outras penalidades	520,00	199.986,63	105.917,31	0,00	7.294,81	0,00	0,00	7.294,81	7.294,81	298.609,13	0,000	1402.848	
0401	Taxas	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
04012399	Outras	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
0401239901	Resíduos Sólidos Urbanos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
0402	Multas e outras penalidades	510,00	199.986,63	105.917,31	0,00	7.294,81	0,00	0,00	7.294,81	7.294,81	298.609,13	0,000	1430.355	
040201	Juros de mora	500,00	199.986,63	105.917,31	0,00	7.294,81	0,00	0,00	7.294,81	7.294,81	298.609,13	0,000	1458.962	
040202	Juros compensatórios	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
05	Rendimentos da propriedade	99.160,00	13.005,00	108.645,40	0,00	108.645,40	0,00	0,00	108.645,40	108.645,40	13.005,00	0,000	109.566	
0502	Juros-Sociedades financeiras	150,00	0,00	18,66	0,00	18,66	0,00	0,00	18,66	18,66	0,00	0,000	12.440	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	150,00	0,00	18,66	0,00	18,66	0,00	0,00	18,66	18,66	0,00	0,000	12.440	
0510	Rendas	99.010,00	13.005,00	108.626,74	0,00	108.626,74	0,00	0,00	108.626,74	108.626,74	13.005,00	0,000	109.713	
051001	Terrenos	10,00	13.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.005,00	0,000	0,000	
051099	Outros	99.000,00	0,00	108.626,74	0,00	108.626,74	0,00	0,00	108.626,74	108.626,74	0,00	0,000	109.724	
05109902	Concessão Águas do Planalto	99.000,00	0,00	108.626,74	0,00	108.626,74	0,00	0,00	108.626,74	108.626,74	0,00	0,000	109.724	
06	Transferências correntes	27.735.425,00	5.239.510,60	19.473.455,89	0,00	18.865.367,96	0,00	0,00	3.936.744,98	14.928.622,98	18.865.367,96	5.847.598,53	53.825	
0605	Administração local	27.735.425,00	5.239.510,60	19.473.455,89	0,00	18.865.367,96	0,00	0,00	3.936.744,98	14.928.622,98	18.865.367,96	5.847.598,53	53.825	
060501	Contínente	27.735.425,00	5.239.510,60	19.473.455,89	0,00	18.865.367,96	0,00	0,00	3.936.744,98	14.928.622,98	18.865.367,96	5.847.598,53	53.825	
06050101	Recolha de resíduos sólidos urbanos	18.176.800,00	2.184.540,26	8.206.771,04	0,00	8.136.307,77	0,00	0,00	1.869.176,27	6.267.131,50	8.136.307,77	2.255.003,53	38.741	
06050102	Exploração de Sistema	11.118.000,00	2.984.281,51	10.826.059,84	0,00	10.246.525,57	0,00	0,00	2.008.020,88	8.238.504,89	10.246.525,57	3.583.815,78	74.101	
0605010201	Tratamento de resíduos	7.302.000,00	2.146.280,47	7.296.911,07	0,00	6.935.143,44	0,00	0,00	1.373.972,70	5.561.170,74	6.935.143,44	2.508.048,10	18.816	
0605010202	Taxa de Gestão de Resíduos	3.816.000,00	838.001,04	3.529.148,77	0,00	3.311.382,13	0,00	0,00	634.048,18	2.677.323,95	3.311.382,13	1.055.767,68	70.161	
06050103	Quilizações	440.625,00	70.688,83	440.625,01	0,00	482.534,62	0,00	0,00	59.547,83	422.986,79	482.534,62	28.779,22	95.999	
07	Venda de bens e serviços correntes	25.500,00	122.638,01	38.385,18	0,00	24.919,51	0,00	0,00	24.919,51	0,00	24.919,51	136.103,68	97.724	
0701	Venda de bens	25.500,00	122.638,01	38.385,18	0,00	24.919,51	0,00	0,00	24.919,51	0,00	24.919,51	136.103,68	97.724	
070108	Mercadorias	25.500,00	122.638,01	38.385,18	0,00	24.919,51	0,00	0,00	24.919,51	0,00	24.919,51	136.103,68	97.724	
07010801	Água	25.500,00	122.638,01	38.385,18	0,00	24.919,51	0,00	0,00	24.919,51	0,00	24.919,51	136.103,68	97.724	
08	Outras receitas correntes	10,00	20.400,25	3.460,00	0,00	8.625,16	0,00	0,00	5.165,16	3.460,00	15.235,09	51.651,60	34.600,000	
0801	Outras	10,00	20.400,25	3.460,00	0,00	8.625,16	0,00	0,00	5.165,16	3.460,00	15.235,09	51.651,60	34.600,000	
080199	Outras	10,00	20.400,25	3.460,00	0,00	8.625,16	0,00	0,00	5.165,16	3.460,00	15.235,09	51.651,60	34.600,000	
08019999	Diversas	10,00	20.400,25	3.460,00	0,00	8.625,16	0,00	0,00	5.165,16	3.460,00	15.235,09	51.651,60	34.600,000	
Receita de capital														
10	Transferências de capital	4.783.943,00	1.548.127,95	3.148.379,55	0,00	4.071.341,27	0,00	0,00	932.700,55	3.138.640,72	4.071.341,27	625.166,23	19.496	
1003	Administração central	2.892.766,00	0,00	3.138.640,72	0,00	3.138.640,72	0,00	0,00	0,00	3.138.640,72	3.138.640,72	0,00	116.558	
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	2.892.766,00	0,00	3.138.640,72	0,00	3.138.640,72	0,00	0,00	0,00	3.138.640,72	3.138.640,72	0,00	116.558	
1005	Administração local	2.091.177,00	1.548.127,95	9.738,83	0,00	932.700,55	0,00	0,00	932.700,55	0,00	932.700,55	625.166,23	44.602	



Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Ano: 2024

(designação da autarquia local)

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental		
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		Total	Períodos anteriores	Período corrente
Receita de capital														
100501	Continente													
10050104	Municípios	2 001 177,00	1 548 127,95	9 738,83	0,00	932 700,55	0,00	0,00	932 700,55	0,00	932 700,55	44 602	0,000	
		2 001 177,00	1 548 127,95	9 738,83	0,00	932 700,55	0,00	0,00	932 700,55	0,00	932 700,55	44 602	0,000	
Outras receitas														
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
16	Saldo da gerência anterior	1 071 680,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
1601	Saldo orçamental	1 071 680,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
160101	Na posse do serviço	1 071 680,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
Total Receitas Correntes		27 860 615,00	5 595 540,49	19 729 863,78	0,00	19 014 852,84	0,00	0,00	3 966 829,65	15 048 023,19	19 014 852,84	14 238	54,012	
Total Receitas de Capital		4 783 943,00	1 548 127,95	3 148 379,55	0,00	4 071 341,27	0,00	0,00	932 700,55	3 138 640,72	4 071 341,27	19 496	65,608	
Total Outras Receitas		1 071 890,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
Total		33 716 248,77	7 143 668,44	22 878 243,33	0,00	23 086 194,11	0,00	0,00	4 899 530,20	18 186 663,91	23 086 194,11	14 532	53,940	

ORGÃO EXECUTIVO

Em ... de ... de ...

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ... de ... de ...

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2024

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

(designação da autarquia local)

Euros

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamentos		
							Períodos anteriores	Período corrente			Períodos anteriores	Período corrente	
Despesa corrente													
01	Despesas com o pessoal	0,00	136.922,00	0,00	104.987,58	104.987,58	0,00	104.987,58	0,00	0,00	0,00	77.184	
0101	Remunerações correntes e permanentes	0,00	107.130,00	0,00	84.936,64	84.936,64	0,00	84.936,64	0,00	0,00	0,00	79.284	
010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	0,00	83.450,00	0,00	68.968,22	68.968,22	0,00	68.968,22	0,00	0,00	0,00	82.646	
010111	Representação	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
010113	Subsídio de refeição	0,00	4.930,00	0,00	3.924,00	3.924,00	0,00	3.924,00	0,00	0,00	0,00	79.594	
0101301	Pessoal dos quadros	0,00	4.930,00	0,00	3.924,00	3.924,00	0,00	3.924,00	0,00	0,00	0,00	79.594	
010114	Subsídio de férias e de Natal	0,00	12.250,00	0,00	12.044,42	12.044,42	0,00	12.044,42	0,00	0,00	0,00	98.322	
01011401	Pessoal dos quadros	0,00	12.250,00	0,00	12.044,42	12.044,42	0,00	12.044,42	0,00	0,00	0,00	98.322	
0102	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	720,00	0,00	556,60	556,60	0,00	556,60	0,00	0,00	0,00	77.306	
010204	Ajuda de custo	0,00	110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
010206	Formação	0,00	600,00	0,00	556,60	556,60	0,00	556,60	0,00	0,00	0,00	92.767	
010213	Outros suplementos e prémios	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0103	Segurança social	0,00	26.172,00	0,00	19.494,34	19.494,34	0,00	19.494,34	0,00	0,00	0,00	69.198	
010305	Contribuições para a segurança social	0,00	25.692,00	0,00	19.284,95	19.284,95	0,00	19.284,95	0,00	0,00	0,00	75.062	
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	9.850,00	0,00	4.760,01	4.760,01	0,00	4.760,01	0,00	0,00	0,00	48.325	
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	0,00	15.842,00	0,00	14.524,94	14.524,94	0,00	14.524,94	0,00	0,00	0,00	91.666	
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	0,00	15.842,00	0,00	14.524,94	14.524,94	0,00	14.524,94	0,00	0,00	0,00	91.666	
0103050201	Seguros	0,00	2.480,00	0,00	209,39	209,39	0,00	209,39	0,00	0,00	0,00	8.443	
01030601	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	0,00	2.480,00	0,00	209,39	209,39	0,00	209,39	0,00	0,00	0,00	8.443	
02	Aquisição de bens e serviços	8.745.598,16	28.444.008,77	0,00	27.867.750,58	27.469.488,73	8.672.146,09	11.457.682,89	478.261,85	7.359.850,95	30.468		
0201	Aquisição de bens	13.515,42	146.360,00	0,00	138.093,48	136.072,05	9.037,86	100.072,20	2.021,43	26.961,97	6.175		
020102	Combustíveis e lubrificantes	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02010202	Gasóleo	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
020106	Material de escritório	0,00	10,00	0,00	853,52	853,52	0,00	853,52	0,00	0,00	0,00	0,00	
020115	Prémios, condecorações e ofertas	13.515,42	144.500,00	0,00	137.114,06	135.093,53	9.037,86	99.093,68	2.021,43	26.961,97	6.255		
020116	Mercadorias para venda	13.515,42	144.500,00	0,00	137.114,06	135.093,53	9.037,86	99.093,68	2.021,43	26.961,97	6.255		
02011601	Água	0,00	200,00	0,00	125,00	125,00	0,00	125,00	0,00	0,00	0,00	62.500	
020118	Livros e documentação técnica	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
020121	Outros bens	0,00	2.350,00	0,00	69,30	69,30	0,00	69,30	0,00	0,00	0,00	40.136	
0202	Aquisição de serviços	8.732.072,74	28.297.648,77	0,00	27.828.657,10	27.353.416,86	8.663.106,21	11.357.610,49	476.240,42	7.332.697,98	30.614		
020203	Conservação de bens	0,00	2.200,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.949	
020209	Comunicações	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
020211	Representação dos serviços	0,00	133.000,00	0,00	132.252,59	132.252,59	0,00	132.252,59	0,00	0,00	0,00	99.438	
020212	Seguros	0,00	7.600,00	0,00	5.964,74	5.964,74	0,00	5.964,74	0,00	0,00	0,00	78.463	
020213	Deslocações e estadas	0,00	602.155,00	0,00	512.661,74	291.383,63	15.826,00	273.169,35	221.478,11	2.389,28	45.365		
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	15.026,00	602.155,00	0,00	512.661,74	291.383,63	15.826,00	273.169,35	221.478,11	2.389,28	45.365		

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

(designação da autarquia local)

Ano: 2024

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar perío. anteriores	Dotações corrigidas	Calivos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente													
01	Despesas com o pessoal	0,00	136.022,00	0,00	104.987,58	104.987,58	0,00	104.987,58	104.987,58	0,00	0,00	0,000	77.184
0101	Remunerações certas e permanentes	0,00	107.130,00	0,00	84.936,64	84.936,64	0,00	84.936,64	84.936,64	0,00	0,00	0,000	75.284
010103	Pessoal dos quadros Regime de função pública	0,00	83.450,00	0,00	68.966,22	68.966,22	0,00	68.966,22	68.966,22	0,00	0,00	0,000	82.646
010111	Representação	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010113	Subsídio de refeição	0,00	4.930,00	0,00	3.924,00	3.924,00	0,00	3.924,00	3.924,00	0,00	0,00	0,000	79.694
01011301	Pessoal dos quadros	0,00	4.930,00	0,00	3.924,00	3.924,00	0,00	3.924,00	3.924,00	0,00	0,00	0,000	79.694
010114	Subsídio de férias e de Natal	0,00	12.250,00	0,00	12.044,42	12.044,42	0,00	12.044,42	12.044,42	0,00	0,00	0,000	98.322
01011401	Pessoal dos quadros	0,00	12.250,00	0,00	12.044,42	12.044,42	0,00	12.044,42	12.044,42	0,00	0,00	0,000	98.322
0102	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	720,00	0,00	556,60	556,60	0,00	556,60	556,60	0,00	0,00	0,000	77.306
010204	Ajuda de custo	0,00	110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010206	Feriação	0,00	600,00	0,00	556,60	556,60	0,00	556,60	556,60	0,00	0,00	0,000	92.767
010213	Outros suplementos e prémios	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0103	Segurança social	0,00	28.172,00	0,00	19.494,34	19.494,34	0,00	19.494,34	19.494,34	0,00	0,00	0,000	69.198
010305	Contribuições para a segurança social	0,00	25.692,00	0,00	19.284,95	19.284,95	0,00	19.284,95	19.284,95	0,00	0,00	0,000	75.082
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	9.850,00	0,00	4.760,01	4.760,01	0,00	4.760,01	4.760,01	0,00	0,00	0,000	48.325
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	0,00	15.842,00	0,00	14.524,94	14.524,94	0,00	14.524,94	14.524,94	0,00	0,00	0,000	91.666
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	0,00	15.842,00	0,00	14.524,94	14.524,94	0,00	14.524,94	14.524,94	0,00	0,00	0,000	91.666
010309	Seguros	0,00	2.460,00	0,00	209,39	209,39	0,00	209,39	209,39	0,00	0,00	0,000	8.413
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	0,00	2.460,00	0,00	209,39	209,39	0,00	209,39	209,39	0,00	0,00	0,000	8.413
02	Aquisição de bens e serviços	8.745.588,16	28.444.008,77	0,00	27.987.750,58	27.489.488,73	8.672.146,09	11.457.682,69	20.129.028,78	478.261,85	7.359.659,95	30.488	40.282
0201	Aquisição de bens	13.515,42	146.360,00	0,00	138.083,48	136.072,05	9.037,88	100.072,20	109.110,08	2.021,43	26.961,97	6.175	68.374
020102	Combustíveis e lubrificantes	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
02010202	Gásóleo	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020108	Material de escritório	0,00	1.100,00	0,00	853,52	853,52	0,00	853,52	853,52	0,00	0,00	0,000	77.593
020115	Prémios, condecorações e ofertas	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020116	Mercadorias para venda	13.515,42	144.500,00	0,00	137.114,98	135.093,53	9.037,88	99.093,68	108.131,56	2.021,43	26.961,97	6.255	68.577
02016001	Água	13.515,42	144.500,00	0,00	137.114,98	135.093,53	9.037,88	99.093,68	108.131,56	2.021,43	26.961,97	6.255	68.577
020118	Livros e documentação técnica	0,00	200,00	0,00	125,00	125,00	0,00	125,00	125,00	0,00	0,00	0,000	62.560
020121	Outros bens	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0202	Aquisição de serviços	8.732.072,74	28.297.648,77	0,00	27.829.657,10	27.353.416,68	8.663.108,21	11.357.610,49	20.020.718,70	478.240,42	7.332.697,98	30.814	40.158
020203	Conservação de bens	0,00	2.350,00	0,00	69,30	69,30	0,00	69,30	69,30	0,00	0,00	0,000	2.049
020209	Comunicações	0,00	2.200,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,000	0,000
020211	Representação dos serviços	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020212	Seguros	0,00	133.000,00	0,00	132.292,99	132.292,99	0,00	132.292,99	132.292,99	0,00	0,00	0,000	99.138
020213	Deslocações e estadas	0,00	7.600,00	0,00	5.964,74	5.964,74	0,00	5.964,74	5.964,74	0,00	0,00	0,000	78.483
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	15.828,00	602.155,00	0,00	512.861,74	291.383,63	15.828,00	273.168,35	268.994,35	221.478,11	2.389,28	2.628	45.385

[Handwritten signature]

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2024

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Associação de municípios da região de Lisboa (designação da autarquia local)															Euro
Código	Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar perío. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidadas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental			
	Designação							Períodos anteriores	Período corrente			Total	Períodos anteriores	Período corrente	
Despesa de capital															
Outros															
08050108			0,00	2.639.628,00	0,00	1.198.394,95	1.198.394,95	0,00	1.198.394,95	0,00	0,00	0,000	45.400		
Total Despesas Correntes			8.746.988,16	28.932.298,77	0,00	28.360.866,53	27.882.693,68	8.672.146,09	11.850.887,64	478.281,86	7.268.699,86	29.874	40.951		
Total Despesas de Capital			0,00	4.783.983,00	0,00	1.653.984,26	1.268.172,78	0,00	1.244.017,89	385.391,47	24.154,89	0,000	26.084		
Total Geral			8.746.988,16	33.716.281,77	0,00	30.014.850,79	29.150.866,46	8.672.146,09	13.094.905,53	863.673,32	7.292.854,75	29.874	67.035		

ORGÃO EXECUTIVO

Em ... de de

[Handwritten signature]

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 29 de ... de 2023

[Handwritten signature]

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

(designação da autarquia local)

Ano: 2024
(unidade: €)

Obj	Prog	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)						
		Ano / N.º	Ação				RP	RG	UE	EM	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total								
2				Funções Sociais																						
2	244			Abastecimento de Água																						
2	244	2024/2			0202 07010407	E					01/2024	12/2025	916.317,00	1.832.634,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
2	244	2024/3			0201 07010407	E					01/2024	12/2025	659.209,00	1.318.418,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
					Totais do Programa 244:														1.575.526,00	3.151.052,00	0,00	0,00	0,00			
2	245			Resíduos Sólidos																						
2	245	2024/1			0202 07010411	E	15	85			01/2024	12/2024	568.799,00	0,00	568.799,00	0,00	45.622,94	45.622,94	8,02	8,02						
					Totais do Programa 245:														568.799,00	0,00	568.799,00	0,00	45.622,94	45.622,94	8,02	8,02
					Totais do Objetivo 2:														1.575.526,00	3.719.851,00	0,00	45.622,94	45.622,94	2,13	1,23	
Total Geral:												2.144.325,00	1.575.526,00	3.719.851,00	0,00	45.622,94	45.622,94	2,13	1,23							

ORGÃO EXECUTIVO

Em ... de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ... de de



Anexo às demonstrações financeiras

No âmbito dos anexos às demonstrações financeiras, a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão apresenta as seguintes notas com o objetivo de clarificar e evidenciar os fatos cuja informação seja relevante, período de 01 janeiro a 31 de dezembro de 2024.

Nota 1 – Caracterização da entidade

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) foi constituída por escritura a 20 de março de 1991, com os seguintes objetivos imediatos:

- a transformação industrial e comercial de resíduos sólidos urbanos (e eventualmente a recolha de lixos da via pública);
- o sector do saneamento básico (águas e esgotos).

A AMRPB é constituída por 19 municípios: Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, Sátão, Seia, S. Pedro do Sul, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão utilizou o sistema de contabilidade SNC-AP no período de 01-01-2024 a 31-12- 2024.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Nota 2 – Ativos fixos tangíveis

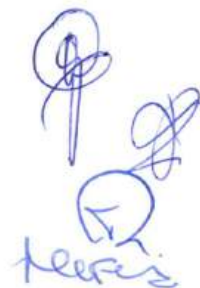
Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo de aquisição.

A AMRPB utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes o método utilizado, considerando a vida útil de referência.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:



Ativos fixos tangíveis	Taxas
Terrenos	
Edifícios e outras construções	1,25% a 6,25%
Equipamento básico	5% a 7,14%
Equipamento de transporte	10% a 12,5%
Equipamento administrativo	10% a 12,5%
Outros	10% a 25%

Em 2024, na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se no quadro seguinte: valores a 31/12/2024

Ativos fixos tangíveis	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos	1.856.695,06€	0,00€	1.856.695,06€
Edifícios e outras construções	92.469.439,10€	62.293.446,67€	30.175.992,53€
Equipamento básico	15.347.239,22€	9.772.417,69€	5.574.821,53€
Equipamento transporte	4.052.735,40€	3.012.534,60€	1.040.200,80€
Equipamento administrativo	29.538,24€	29.538,24€	0,00€
Outros	116.224,93€	40.025,51€	76.199,42€
Investimento em curso			69.777,83€
Total	113.871.872,05€	75.147.962,71€	38.793.687,17€

Valores a 31/12/2023

Ativos fixos tangíveis	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos	1.856.695,06€	0,00€	1.856.695,06€
Edifícios e outras construções	92.469.439,10€	58.018.222,52€	34.451.216,58€
Equipamento básico	15.347.239,22€	8.717.667,11€	6.629.572,11€
Equipamento transporte	4.052.735,40€	2.593.296,64€	1.459.438,76€
Equipamento administrativo	29.538,24€	29.538,24€	0,00€
Outros	116.224,93€	31.457,79€	84.767,14€
Total	113.871.872,05€	69.390.182,30€	44.481.689,75€

Ativos Fixos Bruto

AFT Bruto	01-01-2024	aquisições	abates	31-12-2024
Terrenos	1.856.695,06€	0,00€	0,00€	1.856.695,06€
Edifícios	92.469.439,20€	0,00€	0,00€	92.469.439,20€
Equipamento básico	15.347.239,22€	0,00€	0,00€	15.347.239,22€
Equipamento transporte	4.052.735,40€	0,00€	0,00€	4.052.735,40€
Equipamento administrativo	29.538,24€	0,00€	0,00€	29.538,24€
outros	116.224,93€	0,00€	0,00€	116.224,93€
Total	113.871.782,05€	0,00€	0,00€	113.871.872,05€

Variação das depreciações

Depreciações	01-01-2024	Depreciações do ano	31-12-2024
Edifícios	58.965.594,13€	4.275.224,15€	63.240.818,28€
Equipamento básico	7.745.502,38€	1.054.750,58€	8.800.252,96€
Equipamento transporte	2.593.296,64€	419.237,96€	3.012.534,60€
Equipamento administrativo	29.538,24€	0,00€	29.538,24€
outros	56.250,91€	8.567,72€	64.818,63€
Total	69.390.182,30€	5.757.780,41€	75.147.962,71€

A AMRPB tem em processo o levantamento e atualização dos bens registados no seu património de forma a poder garantir, de forma permanente, a informação sobre a utilização, estado e localização dos bens que o compõem.

Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Início de período				Final de período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumulada	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumulada	Quantia escriturada
Outros ativos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	1.856.695,06	0,00		1.856.695,06	1.856.695,06	0,00		1.856.695,06
Edifícios e outras construções	92.469.439,20	58.018.222,52		34.451.216,68	92.469.439,20	62.293.446,67		30.175.992,53
Equipamento básico	15.347.239,22	8.717.667,11		6.629.572,11	15.347.239,22	9.772.417,69		5.574.821,53
Equipamento de transporte	4.052.735,40	2.593.296,64		1.459.438,76	4.052.735,40	3.012.534,60		1.040.200,80
Equipamento administrativo	29.538,24	29.538,24		0,00	29.538,24	29.538,24		0,00
Outros	116.224,93	31.457,79		84.767,14	116.224,93	40.025,51		76.199,42
Total	113.871.872,05	69.390.182,30	0,00	44.481.689,75	113.871.872,05	75.147.962,71	0,00	38.723.909,34

Nota 3 – Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

No quadro seguinte indica-se o controlo da AMRPB na sua participação na Ecobeirão, EIM, SA.

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação %	Participação
Ecobeirão, EIM, SA	Empresa Intermunicipal	Borrallhal Tondela	50.000,00 €	72%	36.000,00 €

Nota 4 – Outros ativos financeiros

O valor de 732.800,00€ foi transferido para a Ecobeirão, EIM, SA, no âmbito da reposição dos danos causados pelo incêndio de 15 outubro de 2017.

Nota 5 – Clientes, contribuintes e utente

O valor de 6.750.253,78€ diz respeito, maioritariamente, aos valores em dívida referente a tratamento, recolha de RSU à AMRPB

Descrição	2024	2023
Municípios associados	6.613.079,16€	6.829.330,45€
Outros	137.174,62€	128.874,11€
Total	6.750.253,78€	6.958.204,56€

Nota 6 – Outras contas a receber

O valor de 41.000,00€ diz respeito a garantias entregues pela AMRPB à Agência Portuguesa do Ambiente.

Nota 7 - Diferimentos

Esta rubrica está relacionada com projetos e rendimentos a reconhecer nos próximos anos, tendo os valores repartidos a reconhecer a menos de 12 meses e a mais de 12 meses. Diz respeito, na sua quase totalidade, à especialização das participações do POSEUR.

Nesta rubrica estão também os valores dos seguros já liquidados, cujo custo deve ser diferido para o período de vigência de 2025.

Nota 8 - Caixa e depósitos

Os valores constantes em depósitos são os seguintes:

Conta	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à ordem	2.390.823,26€	1.071.680,77€
Outros depósitos	255.000,00€	190.000,00€
Total de depósitos	2.645.823,26€	1.261.680,77€

Nota 9 – Património/Capital

O valor do Património da AMRPB manteve-se inalterado no ano de 2024.

Nota 10 – Reservas

O valor de reservas mantém-se igual a 2023.

Nota 11 – Resultados transitados

Esta conta incorpora o Resultado Líquido do ano anterior e uma regularização referente ao exercício de 2023.

Nota 12 – Outras variações no Património Líquido

A variação no Património Líquido em 2024, é a seguinte:

Património Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Património	20.245.451,41€	20.254.451,41€
Reservas	5.650.881,90€	5.650.881,90€
Resultados transitados	(18.758.517,80€)	(18.163.389,22€)
Outras variações Património	28.222.878,11€	32.633.832,63€
Resultado líquidos	(458.550,77€)	(610.895,32€)
Total Património Líquido	34.911.142,85€	39.764.881,40€

Nota 13 – Outras contas a pagar

Na rubrica de outras contas a pagar estão incluídos os valores das faturas referentes a serviços realizados em dezembro de 2024, mas que tem data do ano seguinte.

Este valor também está diretamente relacionado com garantias de fornecedores da AMRPB.

Nota 14 – Fornecedores

Este valor diz respeito a dívidas referentes a fornecedores, sendo que os principais são a Ecobeirão, EIM, SA e Prezero Portugal, SA.

Descrição	2024	2023
Fornecedores	7.379.865,15€	8.091.605,18€

Nota 15 – Estado e outros entes públicos

O valor de 5.827,34€, refere-se a iva e impostos referentes a funcionários, que irão ser liquidado em 2025.

Nota 16 – Vendas

Esta rubrica engloba, principalmente, os documentos de transferência de verbas entre os municípios associados e a AMRPB em recolha RSU, tratamento de resíduos e taxa de gestão de resíduos.

Descrição	2024	2023
Vendas	18.985.875,40€	15.976.541,53€

Nota 17 – Fornecimentos e serviços externos

Os FSE são gastos suportados pela AMRPB referentes à aquisição de diferentes serviços e bens no valor 19.329.804,39€, dos quais 18.655.802,21€ dizem respeito a recolha e tratamento de resíduos.

Descrição	2024	2023
FSE	19.329.804,39€	16.289.262,80€

Nota 18 – Fornecimentos e serviços externos

Os FSE são gastos suportados pela AMRPB referentes à aquisição de diferentes serviços e bens no valor 19.329.804,39€, dos quais 18.655.802,21€ dizem respeito a recolha e tratamento de resíduos.

Nota 19 – Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal está repartida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Remunerações	88.916,20€	62.611,43€
Encargos com remunerações	20.715,22€	15.273,56€
Seguro de acidentes trabalho	922,49€	563,14€
Formação	163,00€	0,00€
Total	110.716,91€	78.448,13€

A 31/12/2024 a AMRPB tinha 3 funcionários.

Nota 20 – Outros rendimentos

Esta rubrica engloba a quotização cobrada aos municípios associados e o reconhecimento dos proveitos diferidos, referente à especialização das comparticipações do POSEUR.

Descrição	2024	2023
Outros rendimentos	5.561.784,09€	5.540.638,57€

Nota 21 – Outros gastos

Nesta rubrica estão incluídos valores de transferências efetuadas no âmbito do Protocolo com a União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo.

Descrição	2024	2023
Outros gastos	193.595,16€	282.456,38€

Nota 22 – Gastos/reversões de depreciação e amortização

Descrição	2024	2023
Gastos de depreciações e amortizações	5.757.780,41€	5.757.780,41€

Nota 23 – Juros e gastos similares obtidos

Descrição	2024	2023
Juros bancários	78,93€	121,96€
Juros de mora	105.857,04€	0,00€
Total	105.935,97€	121,96€

Nota 24 – Compromissos e garantias fora do balanço

Garantias bancárias	2024	2023
	294.447,45€	294.447.45€

A AMR Planalto Beirão à data de 31/12/2024, não tinha dívidas às Finanças nem à Segurança Social. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Órgão Executivo a 17 de abril de 2025.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 49.033.002 euros e um total de património líquido de 34.911.143 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 458.551 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 23.086.194 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 21.767.052 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de abril de 2025

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
Representada por

João António de Carvalho Careca, ROC
Registado na OROC sob o n.º 849 e na CMVM sob o n.º 20160473



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 49.033.002 euros e um total de património líquido de 34.911.143 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 458.551 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão** em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 23.086.194 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 21.767.052 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de abril de 2025

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
Representada por

Handwritten signature of João António de Carvalho Careca, ROC.

João António de Carvalho Careca, ROC
Registado na OROC sob o n.º 849 e na CMVM sob o n.º 20160473

